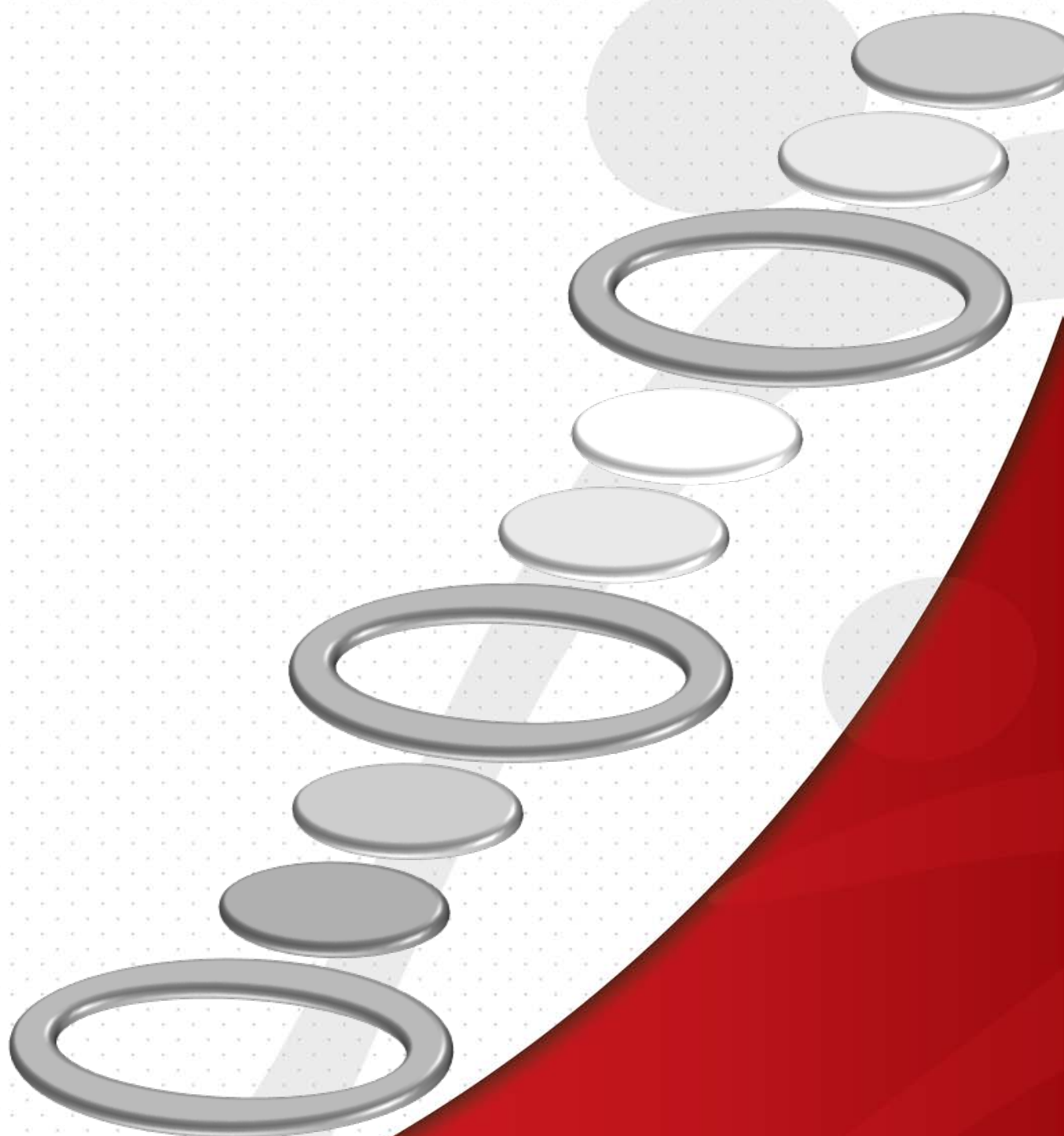


Plano de Atividades 2017

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências



Ficha Técnica

Título: Plano de Atividades 2017

Autoria: Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)

Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

Participação:

Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)

Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)

Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI):

Divisão de Estatística e Investigação (DEI)

Divisão de Informação e Comunicação (DIC);

Divisão de Gestão de Recursos (DGR);

Divisão de Relações Internacionais (DRI);

Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI);

Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão (EMCAD)

Assessoria.

Morada: Alameda das Linhas de Torres, n.º 117, Edifício D. Carlos I, 2º andar, 1750-147 Lisboa

Edição: SICAD, Lisboa

Esta informação está disponível no sítio *web* do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, <http://www.sicad.pt>



Plano de Atividades 2017

Serviço de Intervenção
nos Comportamentos Aditivos
e nas Dependências

Março 2017

ÍNDICE

1.	Nota Introdutória	7
2.	Missão, Atribuições, Valores, Visão e Política de Qualidade	8
3.	Estrutura Orgânica	11
4.	Principais Parceiros Estratégicos	12
5.	Metodologia de Elaboração do Plano	13
5.1.	Apresentação das Atividades por Unidade Orgânica	13
5.2.	Contribuições para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde	14
6.	Enquadramento Estratégico	15
6.1.	Análise e Diagnóstico Estratégico	15
6.1.1.	Análise de Parceiros	15
6.1.2.	Análise SWOT (<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>)	16
6.2.	Opções Estratégicas do SICAD	17
7.	Objetivos e Estratégias	18
7.1.	Mapa Estratégico	19
7.2.	Objetivos Operacionais e o seu Impacto nos Objetivos Estratégicos	20
8.	Atribuições, objetivos operacionais e atividades planeadas por Unidade Orgânica	22
8.1.	Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)	22
8.1.1.	Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional	24
8.1.2.	Ficha de Atividades 2017	27
8.2.	Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)	41
8.2.1.	Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional	43
8.2.2.	Ficha de Atividades 2017	50
8.3.	Divisão de Gestão de Recursos (DGR)	60
8.3.1.	Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional	61
8.3.2.	Ficha de Atividades 2017	63
8.4.	Divisão de Relações Internacionais (DRI)	68
8.4.1.	Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional	69
8.4.2.	Ficha de Atividades 2017	74
8.5.	Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)	79
8.5.1.	Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional	79
8.5.2.	Ficha de Atividades 2017	80
8.6.	Equipa Multidisciplinar para a Coordenação na Área da Dissuasão (EMCAD)	84
8.6.1.	Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional	84
8.6.2.	Ficha de Atividades 2017	86
8.7.	Assessoria ao Coordenador Nacional (ACN)	91

8.7.1. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	92
8.7.2. Ficha de Atividades 2017.....	93
8. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2017	97
9. Mecanismos de Coordenação e Monitorização do Plano de Atividades.....	100
10. Recursos Humanos e Financeiros.....	101
10.1. Recursos Humanos	101
10.2. Recursos financeiros.....	102
11. Siglas e Abreviaturas	107

Índice de tabelas

Tabela 1 - Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde 2017	14
Tabela 2 - Análise de Parceiros	15
Tabela 3 - Análise SWOT	16
Tabela 4 - Objetivos Estratégicos.....	18
Tabela 5 - Conexão dos Objetivos Operacionais / Objetivos Estratégicos no PE 2017-2019.....	21
Tabela 6 - Orçamento aprovado Vs Orçamento disponível para o ano 2016	103
Tabela 7 - Execução por grandes rubricas da despesa	103

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução do número de profissionais afetos ao SICAD e CDT entre 2014 e 2016	101
Gráfico 2 - Caracterização por género e escalão etário dos profissionais	101
Gráfico 3 - Distribuição dos profissionais por carreira profissional	102
Gráfico 4 - Previsão da execução por grandes rubricas no ciclo estratégico 2017-2019	104

Índice de figuras

Figura 1 - Valores orientadores da intervenção do SICAD	8
Figura 2 - Premissas da intervenção do SICAD.....	10
Figura 3 - Organograma do SICAD	11
Figura 4 - Vetores Estratégicos PE 2017-2019	17
Figura 5 - Mapa Estratégico	19

1. Nota Introdutória

Terminado o período de vigência do primeiro Plano Estratégico do **SICAD** (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) para o período de 2013 a 2016, partimos para a avaliação da sua execução e para a elaboração do Plano Estratégico 2017/2019, contando com a participação e envolvimento entusiástico de todos os nossos Profissionais.

O **Plano de Atividades 2017**, que aqui se apresenta, corresponde ao primeiro ano deste novo ciclo. O SICAD continuará a afirmar-se de forma consistente e integrada no âmbito da rede de respostas e serviços dedicados aos comportamentos aditivos e dependências.

Num quadro organizacional de difícil gestão, imposto por um desenho que distancia a conceptualização e avaliação das intervenções da sua operacionalização, o posicionamento estratégico alcançado pelo Serviço tem permitido manter ganhos obtidos ao longo de décadas de intervenção especializada e integrada.

O ciclo de fragilidade económica a que se assistiu nos recentes anos, e que tocou (e toca ainda) muitos indivíduos e famílias portuguesas, constituindo um fator de risco acrescido para um aumento da incidência de consumo de substâncias e outros comportamentos aditivos, tem mobilizado a ação do SICAD para a qualificação e dinamização das redes de serviços, na procura permanente de respostas eficazes que atendam às necessidades das populações.

É com esta atitude de servidores da causa pública, marcada por uma cultura de partilha, de articulação e integração de esforços, que o SICAD tem vindo paulatinamente a aproximar-se do que é a sua Visão, *constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções (...)*, enquadrado pela Missão desafiadora de *promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências*. Continuaremos a aprofundar o conhecimento sobre a complexidade e mutabilidade do fenómeno das dependências, mantendo o olhar humanista e pragmático que constitui o cerne das políticas portuguesas nestas áreas.

Em 2017 será concluído o processo de **avaliação** do *Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016*, enquadrado no apoio ao Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool. Dessa avaliação decorre igualmente a **elaboração do Plano de Ação para o período seguinte (2017-2020)**. Para além das intervenções nas diversas vertentes e áreas de missão, os resultados alcançados, que nos distinguem dentro e fora de portas, que atraem a curiosidade e credibilizam o trabalho desenvolvido, são também sinais indubitáveis de que trilhamos o caminho certo para a redução dos comportamentos aditivos e dependências e para promoção de ganhos em saúde, segurança e bem-estar.

João Castel-Branco Goulão

Diretor Geral do SICAD

2. MISSÃO, ATRIBUIÇÕES, VALORES, VISÃO E POLÍTICA DE QUALIDADE

O SICAD é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por **MISSÃO** *promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.*

A prossecução dos seus objetivos sustenta-se numa gama de **VALORES** como a cooperação e transparência institucional; a confiança e a aposta na investigação e inovação como nucleares para a promoção do conhecimento; e uma atitude humanizada e simultaneamente pragmática como basilar à intervenção junto das populações, em particular das pessoas com comportamentos aditivos e dependências (CAD).

HUMANISMO E PRAGMATISMO - Reconhecer à pessoa a sua plena dignidade humana, é compreender a complexidade e relevância da sua história pessoal, sendo a dependência considerada uma doença para a qual se devem mobilizar respostas, sem dogmas ou ideias preconcebidas, valorizando os resultados baseados na evidência científica. Assumir que o/a dependente é uma pessoa doente representa a aceitação incondicional de que o outro, mesmo num estado de rutura com valores fundamentais da vida em sociedade, deve ser alvo de um olhar de compreensão e empatia que lhe permita um movimento de mudança.

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO - Produzir e disseminar conhecimento de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, promovendo a inovação das atividades e facilitando a antecipação dos desenvolvimentos do fenómeno.

COOPERAÇÃO - A cooperação configura um valor que promovemos e está na base de toda a nossa ação. Trabalhar de forma integrada e potenciar o envolvimento dos parceiros nacionais e internacionais na definição das estratégias e no compromisso partilhado para alcançar as metas estabelecidas é fundamental para potenciar respostas eficientes e eficazes.

CONFIANÇA - Acreditamos em relações e alianças estratégicas baseadas no altruísmo e na reciprocidade e que aspirem a preservar-se para além do presente. Pretendemos incrementar os índices de satisfação e de comprometimento com a organização, estimular a abertura para novos compromissos e preparar a organização para enfrentar ambientes mais instáveis ou competitivos.

TRANSPARÊNCIA - Promovemos a abertura e clareza na condução do serviço público que prestamos, porque queremos fortalecer a legitimidade social da nossa ação. Quanto melhor divulgarmos de forma transparente (simples, objetiva e clara) o que fazemos, maior é a possibilidade de se obter o reconhecimento do posicionamento estratégico do SICAD na rede de *stakeholders*.

Figura 1 - Valores orientadores da intervenção do SICAD

O SICAD para o cumprimento da sua Missão prossegue as seguintes **ATRIBUIÇÕES**:

- Apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação;
- Apoiar o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool;
- Planear e avaliar os programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente definindo normas, metodologias e requisitos a satisfazer para garantir a qualidade;
- Planear a intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- Desenvolver, promover e estimular a investigação científica no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências e manter um sistema de informação sobre o fenómeno da droga e das toxicodependências;
- Desenvolver mecanismos de planeamento e coordenação efetivos conducentes à definição das políticas para as intervenções no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências;
- Efetuar diagnósticos de necessidades de intervenção de âmbito nacional, definir prioridades e o tipo de intervenção a desenvolver;
- Definir as linhas de orientação técnica e normativa para a intervenção nas áreas dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informação dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Assegurar a representação internacional, no domínio das suas competências e atribuições específicas, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como garantir o cumprimento das obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependência do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, em coordenação com a Direcção-Geral da Saúde, enquanto entidade responsável pelas relações internacionais do Ministério da Saúde;
- Prestar o apoio técnico e administrativo e garantir as infraestruturas necessárias ao funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;
- Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos.

Em conformidade com a Portaria nº 27/2013 de 24 de janeiro, são também atribuições do SICAD:

- Assegurar o exercício das competências anteriormente cometidas ao Instituto da Droga e da Toxicodependência I.P. (IDT, I.P.) no estabelecimento das condições de autorização dos programas e estruturas sócio sanitárias previstas no Decreto-Lei nº 183/2001, de 21 de junho, constantes da Portaria nº 748/2007, de 25 de junho; bem como a posição contratual do IDT, I.P. em todos os contratos de financiamento público celebrados anteriormente ao abrigo das respetivas Portarias;

- Coordenar o desenvolvimento de diagnósticos locais dos Programas de Respostas Integradas (PRI), em cooperação com as Administrações Regionais de Saúde, I.P. nas respetivas áreas geográficas de intervenção.

De acordo com o estabelecido no Despacho n.º 16938/2013 dos Ministérios das Finanças e da Saúde, de 31 de dezembro, é ainda atribuição do SICAD assegurar o cumprimento dos requisitos legais para o estabelecimento das convenções entre o Estado e as unidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos, tendo em vista o apoio ao tratamento de utentes dependentes de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, naquelas unidades de tratamento.

A ação do SICAD obedece a uma **POLÍTICA DE QUALIDADE** em que o envolvimento dos colaboradores, a orientação para os resultados, a inovação, a transparência comunicacional e a responsabilidade social são vetores determinantes da boa prossecução dos objetivos estratégicos e operacionais delineados.

Sistematizando, a ação do SICAD rege-se pelas seguintes premissas:

MISSÃO	Promoção da redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências
VISÃO	Constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências com o reconhecimento nacional e internacional.
POLÍTICA DE QUALIDADE	Colaboradores envolvidos; Processos inovadores; Orientação para os resultados; Responsabilidade social; Transparência Comunicacional
VALORES	Humanismo e Pragmatismo; Conhecimento e Inovação; Cooperação; Confiança; Transparência

Figura 2 - Premissas da intervenção do SICAD

3. ESTRUTURA ORGÂNICA

A organização interna do SICAD obedece a um modelo estrutural misto, designadamente:

- O modelo de estrutura hierarquizada nas áreas de suporte;
- O modelo de estrutura matricial assente em equipas multidisciplinares, no desenvolvimento de atribuições, programas ou projetos de âmbito transversal.

As unidades orgânicas flexíveis e da estrutura matricial são¹:

- A Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI) com as seguintes divisões:
 - a) Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT);
 - b) Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC).
- A Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI) com as seguintes divisões:
 - a) Divisão de Estatística e Investigação (DEI);
 - b) Divisão de Informação e Comunicação (DIC).

Na dependência do Diretor-Geral, foram criadas as seguintes divisões:

- a) A Divisão de Relações Internacionais (DRI);
- b) A Divisão de Gestão de Recursos (DGR).

A Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)² e a Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão (EMCAD)³, ambas na dependência do Diretor-Geral, enquadram-se na estrutura matricial.

Com funções de secretariado e de apoio administrativo à Direção existe uma área de Apoio Administrativo (AA) e serviços de Assessoria (A).



Figura 3 - Organograma do SICAD

¹ Cf. Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho de 2012;

² Cf. Despacho n.º 328/2014, de 8 de janeiro de 2014

³ Cf. Despacho n.º 1733/2017, que produziu efeitos a 1 de janeiro de 2017

4. PRINCIPAIS PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Em virtude do conjunto de atribuições do SICAD e de uma parte da operacionalização de políticas e intervenções se encontrar predominantemente adstrita a outras entidades públicas, a prossecução da missão e objetivos desta Direção-Geral requer necessariamente uma mobilização estreita de parcerias estratégicas. Neste âmbito, entidades nacionais tais como as Administrações Regionais de Saúde (ARS, IP), a Direção-Geral da Saúde (DGS), a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS), o Instituto de Segurança Social, IP; e internacionais tais como o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) ou o Gabinete das Nações Unidas para o Combate às Drogas e Crime (UNODC) são referências no estabelecimento de parcerias técnicas de relevo para o cumprimento das orientações estratégicas delineadas pelo SICAD.

Adicionalmente, o SICAD beneficia de múltiplos outros parceiros, designadamente organizações da sociedade civil, cujo contributo é determinante para o alcance de objetivos estratégicos, sobretudo aqueles que estão orientados para a intervenção em CAD nos seus diferentes níveis (tratamento, prevenção, reinserção social e redução de riscos e minimização de danos).

Os cidadãos, enquanto clientes finais do serviço público, representam o fundamento da existência deste serviço, conferindo ao SICAD a legitimidade de criar condições de resposta às suas necessidades, com padrões elevados de qualidade e eficácia.

5. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O Plano de Atividades 2017 consubstancia um exercício de planeamento da ação a desenvolver no contexto do novo ciclo estratégico 2017-2019, para o qual verteram importantes contributos de documentos estratégicos nacionais e internacionais, nomeadamente:

- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020;
- Plano Estratégico do SICAD 2017-2019;
- Relatório Anual 2015: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências;
- Relatório Anual 2015: A Situação do País em Matéria de Álcool;
- Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão 2020;
- Estratégia Global para a Redução do Uso Nocivo do Álcool;
- Plano de Ação Europeu para Reduzir o Uso Nocivo do Álcool 2012-2020;
- Estratégia da União Europeia de Luta Contra a Droga 2013-2020;
- Programa do XXI Governo Constitucional para a área da saúde.

Este exercício contemplou a definição de múltiplos indicadores de atividade, adaptados e ajustados aos vetores e objetivos estratégicos do novo PE e dos respetivos objetivos operacionais e iniciativas.

5.1. Apresentação das Atividades por Unidade Orgânica

O Plano de Atividades 2017 integra várias ações que o SICAD se propõe desenvolver no contexto das atribuições de cada Unidade Orgânica (UO), enquadrando por isso os indicadores apresentados no âmbito de cada objetivo operacional.

Para cada Objetivo Operacional (OOp) utilizaram-se os seguintes critérios:

- Correspondência aos **Objetivos Estratégicos** (definidos no QUAR e Plano Estratégico);
- Correspondência com a **Missão do SICAD** e as **Atribuições da Unidade Orgânica**;
- Parâmetro do Objetivo Operacional: eficácia, eficiência ou qualidade;
- Identificação das **Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde** para as quais contribui ou se enquadra.

No âmbito de cada OOp são identificados os Indicadores e Metas para o ano de 2017.

Aplicam-se as seguintes variáveis a **cada indicador**:

- Definição do **tipo de indicador**: estrutura; realização; resultado; impacto;
- Apresentação dos **valores prévios**, correspondendo aos valores tomados no período temporal do último ciclo estratégico, quando aplicável;
- Definição da **meta** e **tolerância** para 2017. A meta corresponde ao valor a atingir ou intervalo de valores. A tolerância estabelece os limites, superior e inferior do intervalo definido para a meta (quando aplicável);
- Apresentação do **valor crítico** como referência para a execução;
- Identificação das estruturas orgânicas **responsáveis pela execução**;

- Apresentação das **instituições externas** implicadas na realização final de cada indicador, como **eventuais dependências**, quando aplicável;
- Identificação das **entidades colaboradoras**, internas ou externas, que concorrem para a **realização do indicador**, quando aplicável;
- **Contribuição para as orientações estratégicas do Ministério da Saúde**, tendo sido inscrito o número da orientação para o qual o OOp contribui de acordo com o documento elaborado pela Tutela;
- Classificação quanto à **orçamentação**: orçamentada (AO) ou quando está sujeito a processo de financiamento da Comissão Europeia (CE);

No campo das **observações** surgem fundamentalmente as seguintes situações: identificação de um novo indicador, que não possui valores históricos, apresentação da justificação da não progressão da meta, relativamente a valores históricos e quais os indicadores dos Objetivos Estratégicos, que constam do PE 2017-2019, para os quais os indicadores do Plano de Atividades 2016 concorrem. Igualmente estão identificadas as ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016 onde se enquadram os indicadores do PA 2017.

5.2. Contribuições para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde

A ação do SICAD em 2017, no âmbito das competências que lhe estão legalmente atribuídas, contribuirá para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde, nas seguintes dimensões:

Nº	Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde 2017
1	Orientações do Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão 2020
1.1; 1.2; 1.3; 1.4	<i>Eixo Estratégico</i> - Cidadania em Saúde, Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; Qualidade na Saúde e Políticas Saudáveis
1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.10; 1.11	Orientações para a implementação - Prevenção e Controlo da Doença; Promoção e Proteção da Saúde, Colaboração Intersectorial, Capacitação dos Cidadãos, Promoção de ambientes saudáveis, Divulgação e implementação de boas práticas, Fortalecimento da Saúde Global.
2	Orientações Programáticas dos Programas de Saúde Prioritários e Outros Programas Nacionais
2.3; 2.8; 2.9; 2.11	Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA e Tuberculose, Programa Nacional para as Hepatites Virais e Programa Nacional para a Saúde Mental.
3	Programa do XXI Governo Constitucional
	<i>Eixo 1.</i> Promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública;
3.1; 3.2;	<i>Eixo 2.</i> Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde;
3.8; 3.9	<i>Eixo 8.</i> Melhorar a governação do SNS; <i>Eixo 9.</i> Melhorar a qualidade dos cuidados de saúde.
4	Orientações Interinstitucionais com vista a prosseguir a sustentabilidade do SNS
4.1; 4.2; 4.3	SIMPLEX, Melhoria da qualidade dos Registos no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE) e na Melhoria da Eficiência da Gestão.

Tabela 1 - Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde 2017

6. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

6.1. Análise e Diagnóstico Estratégico

O PE 2017-2019 integra uma análise diagnóstica ampla desenvolvida com base nas metodologias largamente utilizadas em contextos organizacionais, a saber as análises PEST, SWOT e de Parceiros e novas tendências. Neste documento tomamos como de especial relevo a Análise de Parceiros e a Análise SWOT que pretendem avaliar a situação atual da organização, identificando elementos de relevo das envolventes interna e externa ao SICAD e que oferecem impacto no planeamento estratégico e da sua ação, designadamente em 2017. Para uma análise mais detalhada do diagnóstico estratégico realizado remetemos para a leitura integral do PE 2017-2019 do SICAD.

6.1.1. ANÁLISE DE PARCEIROS

Por via da **Análise de Parceiros** verifica-se que o SICAD tem um conjunto alargado de parceiros, os quais se encontram identificados na figura abaixo, agrupados em seis categorias: Órgãos de Coordenação e de Política de Fiscalização, Colaboradores e Estruturas Próprias, Parceiros do Ministério da Saúde, Outros Parceiros, Parceiros Internacionais e Sociedade Civil:

Órgãos de Coordenação Política e de Fiscalização	Colaboradores e Estruturas Próprias	Parceiros do Ministério da Saúde	Outros Parceiros	Parceiros Internacionais	Sociedade Civil
Assembleia da República Governo/Tutela Tribunal de Contas Estrutura de Coordenação Nacional IGAS Inspeção Geral Finanças	Profissionais CDT	ARS, IP DGS ACSS, IP INSA, IP INFARMED, IP SPMS, EPE	ISS, IP IEFP, IP DGRSP DGE-ME IPDJ, IP INE, IP INMLCF, IP CNPCJR Universidades Autarquias Forças de Segurança, PJ Ministério Público e Tribunais Outros	Conselho da UE Conselho da Europa ONU Comissão Europeia OEDT PALOP CPLP	Fórum Nacional Álcool e Saúde Entidades privadas, Associações, IPSS Ordens Profissionais Centrais Sindicais Comunicação Social Cidadãos Grupos de auto-ajuda
Oportunidades de Estratégia					
Desenvolvimento e avaliação de procedimentos de gestão mais eficientes e sustentáveis Transparência dos processos decisórios	Possibilidade de partilha de aprendizagens intrainstitucionais Avaliação de processos Disseminação para o exterior de conhecimento empírico	Reconhecimento de competências técnicas diferenciadas dos vários recursos do MS Desenvolvimento de sistemas de informação integrados, eficientes e sustentáveis em tópicos específicos	Incremento das abordagens multissistémicas na conceção das intervenções Desenvolvimento de sistemas de parcerias específicos em áreas de interesse	Reforço da cooperação bilateral e multilateral Participação em programas internacionais de natureza técnico-científica	Desenho de instrumentos multiprofissionais de suporte à intervenção Conceção e implementação de um sistema de <i>workflow</i> comunicacional mais eficiente Cooperação com movimentos e associações de utilizadores e pessoas com CAD

Tabela 2 - Análise de Parceiros

6.1.2. ANÁLISE SWOT (*STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS*)

Através da **análise SWOT**, análise da envolvente interna e externa de atuação do SICAD, identificam-se os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, que condicionam a implementação das políticas e intervenções, e que facilitaram a formulação do plano estratégico.

ENVOLVENTE INTERNA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecimento especializado em CAD – Sistemas de informação especializados – Capacidade técnica e experiência na área da análise de dados e gestão integrada da informação – Recursos Humanos com características de influência e liderança permitindo coordenação de projetos nacionais e internacionais – Serviço especializado – Elevada experiência e cultura de trabalho em rede para fomentar parcerias – Flexibilidade, maleabilidade e resiliência – Abertura a novos compromissos – Estreita articulação com o Coordenador Nacional/Estrutura de Coordenação – Coordenação da intervenção em Dissuasão – Cultura institucional 	<ul style="list-style-type: none"> – Perceção da realidade no terreno mediada por SH – Indefinição na estrutura organizacional (atual) – Recursos humanos e financeiros limitados – Dificuldades na comunicação interna – Dificuldade de sequenciar as respostas às múltiplas solicitações – Dificuldades em promover incentivos ao desempenho – Dificuldade de intercomunicabilidade com algumas estruturas no terreno – Instrumentos insuficientes para a definição de um modelo compreensivo da abordagem dos novos CAD
ENVOLVENTE EXTERNA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> – Liderar processos de interação e coordenação organizacionais – Liderar a elaboração de normas organizacionais, técnico-científicas e técnico-jurídicas na área dos CAD – Reconhecimento internacional – Maior mobilização da sociedade civil – Política pública consensual – Regulamentação do jogo on-line – Iniciativas internacionais na regulamentação de algumas substâncias ilícitas – Novos desafios no âmbito dos CAD – Perceção externa de empreendedorismo – Consolidação da imagem institucional – Desmaterialização vs. Reorganização de processos – Inovação tecnológica crescente 	<ul style="list-style-type: none"> – Indefinição organizacional – Inadequação da orgânica do Ministério da Saúde para a área dos CAD – Comportamentos de risco associados à crise económica (pequeno tráfico e jogo) – Dificuldade de mobilização própria de alguns <i>stakeholders</i> – Recrudescimento de grupos populacionais com problemas graves em CAD – Emergência constante de novas substâncias psicoativas – Efeito paradoxal da modernização administrativa (processos cada vez mais complexos) – Restrições ao recrutamento / admissão de pessoal – Insuficiente interoperabilidade entre sistemas de informação da Administração Pública – Dificuldade de acompanhamento dos novos mercados <i>Web, Deepweb e Darkweb</i> – Coordenação Nacional limitada às drogas e álcool

Tabela 3 - Análise SWOT

No que se refere à envolvente externa identificaram-se como pontos fortes uma forte diferenciação e especialização em matéria de CAD, e a capacidade de estabelecer parcerias, da inovação e da liderança. Assentam estas características numa cultura institucional vincada, moldada por valores partilhados, que conduzem aos alinhamentos necessários à eficaz concretização da Missão.

Como pontos fracos identificaram-se a instabilidade das definições da orgânica institucional que tem pautado o domínio das respostas em CAD e ainda as dificuldades de organização face à volatilidade na alocação de recursos, sobretudo humanos e financeiros, bem como no que se refere à capacidade em consolidar modelos assistenciais que se adequem à mutabilidade dos CAD.

Relativamente à envolvente externa destacam-se como oportunidades o reconhecimento interno e externo da ação do serviço e das políticas portuguesas sobre CAD no panorama internacional. Assim, Portugal detém uma posição privilegiada para intervir na discussão internacional sobre os processos de regulamentação de algumas substâncias ilícitas e também para influenciar os países no sentido de adotarem políticas centradas na proteção da saúde pública e dos direitos humanos.

Enquanto ameaças foram identificadas as indefinições organizacionais em matéria de CAD e as limitações financeiras, que se constituem como elementos que mais condicionam a ação do serviço. É de sublinhar a complexidade da abordagem aos CAD dada a variabilidade das suas manifestações.

6.2. Opções Estratégicas do SICAD

Tomando ainda por referência o PE 2017-2019, cujo delineamento obedeceu naturalmente à síntese conceptual já mencionada, elencam-se os quatro vetores estratégicos que sustentam a ação do SICAD no ciclo estratégico ora iniciado, e no PA em apreço:

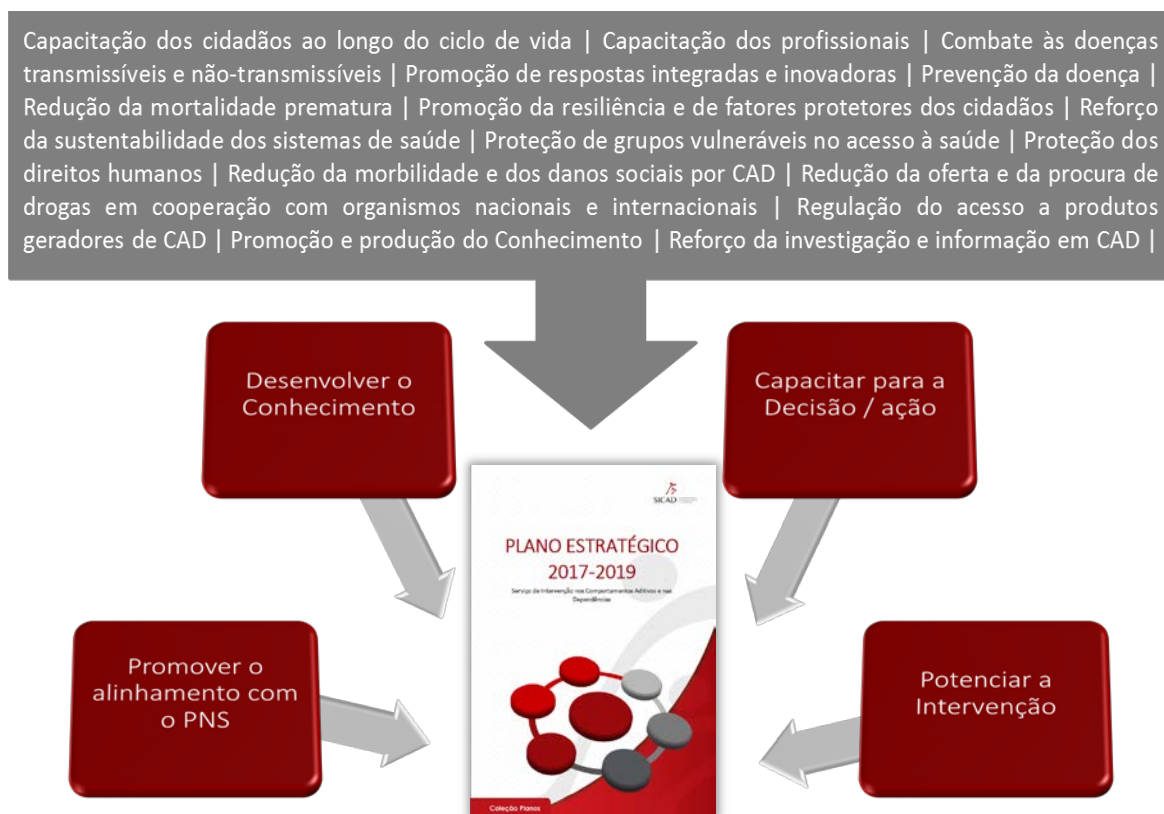


Figura 4 - Vetores Estratégicos PE 2017-2019

7. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Tendo como referência os vetores estratégicos, definiram-se os objetivos estratégicos (OE) para o ciclo estratégico 2017-2019, a inscrever anualmente nos PA e QUAR, em consonância com as prioridades estabelecidas pela organização.

Objetivos Estratégicos	
OE1	Reforçar a partilha e transmissão da informação e do conhecimento
OE2	Potenciar a qualidade das intervenções
OE3	Apoiar a coordenação nacional e assegurar as relações internacionais e a cooperação
OE4	Potenciar a articulação e cooperação entre os <i>stakeholders</i> estratégicos.
OE5	Otimizar recursos e garantir a sustentabilidade financeira
OE6	Estabelecer as medidas de colaboração com o Plano Nacional de Saúde
OE7	Otimizar a qualidade dos dados e a eficiência no processamento da informação
OE8	Desenvolver linhas de investigação prioritárias
OE9	Desenvolver processos que sustentem decisões baseadas na evidência e nas melhores práticas
OE10	Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção
OE11	Promover a integração e a permanente atualização dos sistemas e infraestrutura tecnológica
OE12	Qualificar os recursos humanos
OE13	Reforçar as competências de comunicação e o alinhamento dos colaboradores

Tabela 4 - Objetivos Estratégicos

7.1. Mapa Estratégico

O mapa estratégico integra os vários OE em função dos vetores estratégicos e das perspectivas, relacionando-os entre si. Oferece uma visão global das opções estratégicas e do caminho a seguir no período 2017-2019.

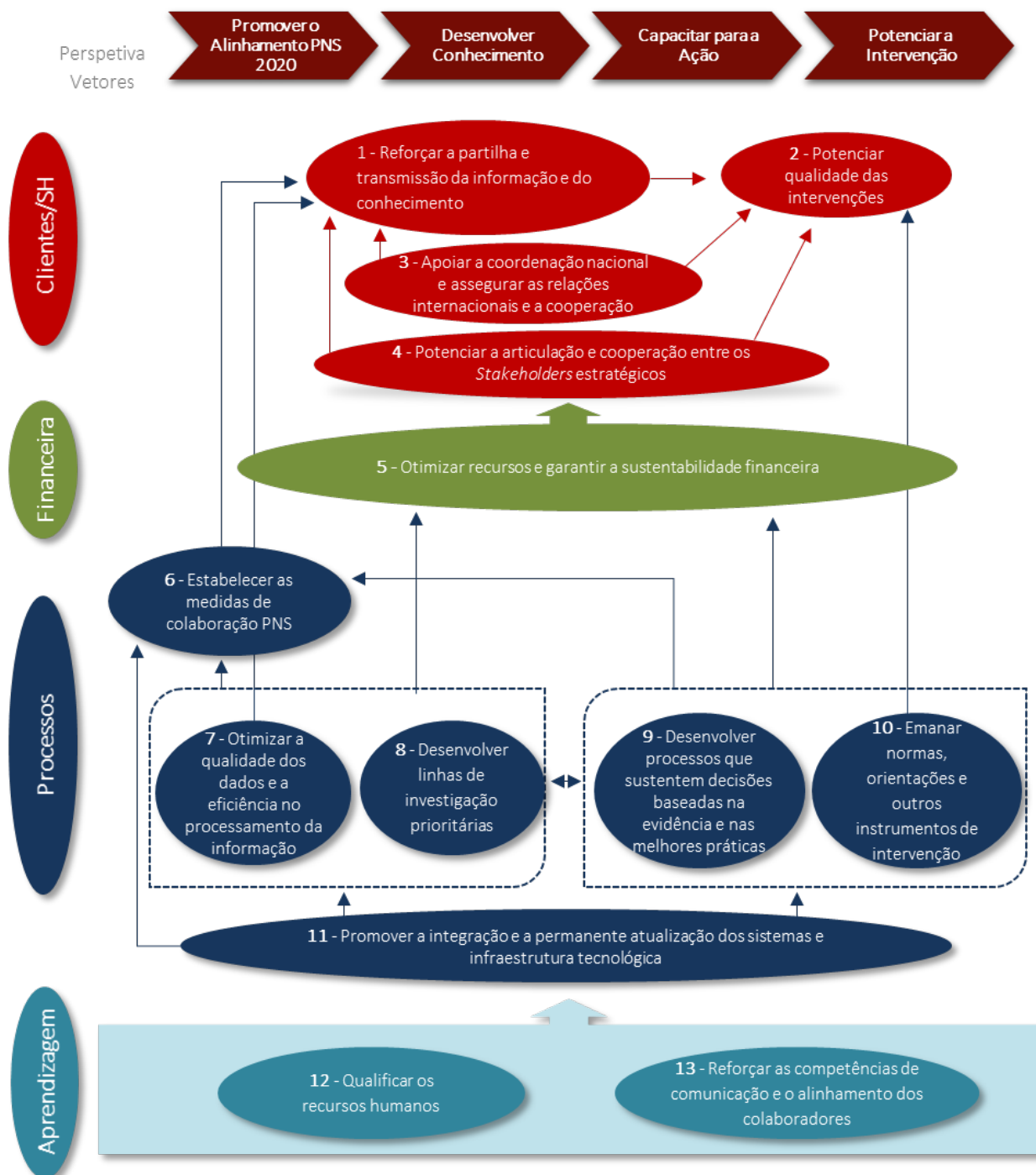


Figura 5 - Mapa Estratégico

7.2. Objetivos Operacionais e o seu Impacto nos Objetivos Estratégicos

Para implementar a estratégia no quadriênio 2017-2019, foram definidos 20 OOp. Estes são operacionalizados por meio de 74 iniciativas⁴ e mensuráveis através dos respectivos indicadores constantes dos vários planos anuais. Obtém-se assim um quadro de conceptualização coerente para a ação do SICAD no triênio, com uma operacionalização planeada, consistente e avaliável.

No quadro abaixo, para além dos OOp são apresentados níveis de relação e impacto com os OE.

Objetivos Estratégicos	OE 1 - Reforçar a partilha e transmissão da informação e do conhecimento	OE 2 - Potenciar qualidade das intervenções	OE 3 - Apoiar a coordenação nacional e assegurar as relações internacionais e a cooperação	OE 4 - Potenciar a articulação e cooperação entre os Stakeholders estratégicos	OE 5 - Otimizar recursos e garantir a sustentabilidade financeira	OE 6 - Estabelecer as medidas de colaboração com o PNS	OE 7 - Otimizar a qualidade dos dados e a eficiência no processamento da informação	OE 8 - Desenvolver linhas de investigação prioritárias	OE 9 - Desenvolver processos que sustentem decisões baseadas na evidência e nas melhores práticas	OE 10 - Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção	OE 11 - Promover a integração e a permanente atualização dos sistemas e infraestrutura tecnológica	OE 12 - Qualificar os recursos humanos	OE 13 - Reforçar as competências de comunicação e o alinhamento dos colaboradores
OOp 1 - Desenvolver LO Técnicas e normativas para a intervenção em CAD	F	MF		F					MF	MF		F	F
OOp 2 - Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos		MF		MF	F				F				
OOp 3 - Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos CAD, através de uma rede de respostas em saúde		MF		MF	F						MF		
OOp 4 - Promover a qualidade das respostas e intervenções, de acordo com a evidência científica e as melhores práticas identificadas	MF	MF	F	F		F	F		MF	MF		F	
OOp 5 - Reforçar o envolvimento e/ou a capacitação dos SH nos processos de implementação, monitorização e avaliação das intervenções em CAD	MF	MF		MF	F	MF	F			F	F		
OOp 6 - Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD	MF		MF	F			F	F	F				
OOp 7 - Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento	MF			F	F	F		F		MF		F	F
OOp 8 - Consolidar e implementar novos mecanismos potenciadores da articulação /cooperação entre SH no âmbito da partilha de informação e do conhecimento	F		F	MF	F		F	F					
OOp 9 - Assegurar a adequação da informação às necessidades nacionais e internacionais	F		MF	F			MF	F	F		F		
OOp 10 - Assegurar a realização periódica de estudos/projetos em linhas de investigação tradicionais	F		MF	F			F	MF	F				
OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais	MF		MF	F			F	F	F	F	F		
OOp 12 - Desenvolver relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral e promover a divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD	MF	F	MF	MF	F	F							
OOp 13 - Planear, gerir e qualificar RH		F			MF							MF	F
OOp 14 - Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais, numa perspetiva de melhoria contínua e prestação de contas					MF	MF							
OOp 15 - Planear e gerir os recursos informáticos							MF				MF		
OOp 16 - Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades					MF	F	MF				MF		
OOp 17 - Coordenar e Apoiar o funcionamento das CDT		F		MF			F			F	MF		
OOp 18 - Promover o Modelo de Intervenção em Dissuasão	MF	MF		MF					MF	MF			
OOp 19 - Potenciar a aprendizagem comunicacional e o alinhamento dos colaboradores	F			F	F								MF
OOp 20 - Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação			MF	MF									
OOp 21 - Coordenar e Monitorizar a implementação do PE 2017-2019				F	F		MF		F				MF

Impacto Muito Forte nos OE

MF

Impacto Forte nos OE

F

⁴ Para mais informação sobre as iniciativas, consultar o Plano Estratégico.

Tabela 5 - Conexão dos Objetivos Operacionais / Objetivos Estratégicos no PE 2017-2019

8. ATRIBUIÇÕES, OBJETIVOS OPERACIONAIS E ATIVIDADES PLANEADAS POR UNIDADE ORGÂNICA

A execução do Plano de Atividades para 2017 e o cumprimento das metas definidas para os diferentes indicadores, objetivos operacionais e estratégicos compete às unidades orgânicas cujas atribuições se enquadram nos conteúdos definidos e propostos.

8.1 Direção de Serviços de Planejamento e Intervenção (DPI)

Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)

Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)

À **Direção de Serviços de Planejamento e Intervenção**, doravante designada por DPI, compete⁵:

- a) Planear, ouvindo as entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de prevenção, os programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente definindo normas, metodologias e requisitos a satisfazer para garantir a qualidade;
- b) Planear, ouvindo as entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de intervenção, a intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- c) Desenvolver mecanismos de planeamento e coordenação efetivos conducentes à definição das políticas para as intervenções no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências;
- d) Garantir o apoio e coordenação da atividade realizada pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de prevenção e intervenção, ao nível da intervenção em prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento;
- e) Avaliar os programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente, definindo normas, metodologias e requisitos a satisfazer para garantir a qualidade;
- f) Definir as linhas de orientação técnica e normativa para a intervenção nas áreas dos comportamentos aditivos e das dependências;
- g) Promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- h) Elaborar instrumentos de planeamento da atividade e efetuar diagnósticos de necessidades de intervenção de âmbito nacional, definir as prioridades e o tipo de intervenção a desenvolver;
- i) Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos;

⁵ Cf. Portaria nº. 154/2012, de 22 de maio

- j) Promover a harmonização das práticas e procedimentos das comissões para a dissuasão da toxicodependência;

Esta Direção de Serviços, através do Despacho n.º 1733/2017 incorporou, em fevereiro de 2017, com a extinção da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO), as atribuições constantes no n.º 4 do Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho, correspondentes às alíneas a), b), c), d), e);

- a) Elaborar e gerir o Plano Estratégico do SICAD no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências, assegurando a articulação e coordenação entre as diferentes domínios de intervenção;
- b) Estabelecer e dinamizar circuitos de articulação com vista ao planeamento, monitorização e coordenação das atividades, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Estabelecer e dinamizar parcerias facilitadoras da implementação das atividades previstas no Plano Estratégico e nas políticas nacionais, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- d) Promover a implementação da rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- e) Acompanhar a implementação das linhas de orientação técnica e normativa produzidas e emanadas pelo SICAD, nos diversos domínios de intervenção.

Esta Direção de Serviços integra a **Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)**⁶ e a **Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)**⁷, com as seguintes competências:

Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)	Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)
<ul style="list-style-type: none"> a) Desenvolver as metodologias, requisitos e normas de atuação, de modo a garantir a qualidade da intervenção terapêutica, participando no planeamento, na monitorização e na avaliação dos programas de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências; b) Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em articulação com as ARS, IP, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas, e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência, ou dos consumos de substâncias psicoativas; c) Desenvolver atividades de promoção do planeamento e coordenação, orientados para a definição das políticas no âmbito das intervenções da reinserção social e do tratamento dos comportamentos aditivos e das dependências, nos diferentes contextos; 	<ul style="list-style-type: none"> a) Definir práticas, normas e requisitos a satisfazer, para garantir a qualidade da intervenção comunitária, de forma a permitir o planeamento e a avaliação dos programas de prevenção, de redução de riscos e minimização de danos, do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências; b) Desenvolver metodologias de planeamento e coordenação, que visem a definição das políticas para as intervenções preventivas e de redução de riscos e minimização de danos, no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências; c) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas preventivas e de intervenção, ao nível da prevenção e redução de riscos e minimização de danos, nos diferentes contextos; d) Definir as linhas de orientação técnicas e normativa para a intervenção em prevenção, baseadas na evidência científica;

⁶ Cf. No Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho

⁷ *Idem*

Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)	Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)
<ul style="list-style-type: none"> d) Realizar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas do tratamento e da reinserção e desenvolver metodologias e instrumentos facilitadores da planificação; e) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de intervenção, ao nível da reinserção social e do tratamento; f) Definir as linhas de orientação técnica e normativa, para a intervenção no tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos, baseadas na evidência científica; g) Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos; h) Definir as componentes e procedimentos técnicos das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no domínio dos consumos de substâncias psicoativas, das dependências e dos comportamentos aditivos; i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências. 	<ul style="list-style-type: none"> e) Elaborar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas da prevenção e redução de riscos e minimização de danos e desenvolver metodologias e instrumentos de apoio à planificação; f) Assegurar um serviço de apoio individualizado, anónimo, gratuito e confidencial, de informação, aconselhamento, orientação e encaminhamento na área dos comportamentos aditivos e dependências, nomeadamente por via telefónica e ou outras tecnologias de comunicação. g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

8.1.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 1. Desenvolver Linhas Orientadoras técnicas e normativas para a intervenção em CAD

Pretende-se no âmbito deste OOp dar continuidade a uma dimensão nuclear da ação do SICAD, consubstanciada na definição e atualização das normas, orientações técnicas e outros instrumentos de suporte à intervenção em CAD, assim como o acompanhamento da implementação dos mesmos. Para o ano de 2017 prevê-se o desenvolvimento de documentos de atualização de linhas orientadoras para os cuidados de enfermagem em CAD e sobre as competências de intervenção em CAD nas Unidades de Desabilitação; bem como a conclusão das linhas orientadoras para a intervenção na problemática do jogo e do projeto de investigação para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária.

Objetivo Operacional 2. Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação dos programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos

No âmbito deste OOp priorizar-se-á a definição de indicadores e parâmetros que viabilizem a monitorização e implementação das Normas e Linhas de Orientação Técnica (ex: Intervenção em CAD no meio laboral, intervenção com jogadores) assim como o desenvolvimento e adaptação de instrumentos de diagnóstico e de monitorização das intervenções (ex: Programa Eu e os Outros, Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI), designadamente que promovam o registo de dados das equipas operacionais (ex: Registo das Intervenções em Reinserção Social e intervenções preventivas no SIM).

Pretende-se ainda promover o desenvolvimento de respostas específicas em CAD, designadamente no âmbito do cofinanciamento e acompanhamento de projetos em sede do PORI. Outras ações que envolvam o setor privado e as organizações da sociedade civil são de especial relevância, nomeadamente as concernentes à gestão dos contratos de convenção com as unidades privadas que operam no âmbito do tratamento dos CAD; e aquelas que possam melhor aferir o enquadramento das respostas em RRMD, o seu acompanhamento e desenvolvimento.

Em matéria dos CAD sem substância, e particularmente no âmbito da perturbação de jogo, urge a continuidade dos trabalhos conducentes à definição das linhas estratégicas de política de jogo responsável (para os diferentes tipos de jogo e jogadores), e ações de promoção do acompanhamento, monitorização e avaliação das respostas implementadas. A promoção do compromisso sobre a regulação em matéria de publicidade, marketing e patrocínios, entre SH na área do jogo constitui igualmente uma prioridade de intervenção.

Objetivo Operacional 3. Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos CAD, através de uma rede de respostas em saúde

A promoção do preconizado pela Rede de Referência / Articulação no âmbito dos CAD constitui um foco importante da intervenção do SICAD com vista a uma maior continuidade de cuidados de saúde, requisitando o aperfeiçoamento e desenvolvimento de procedimentos de referência. A monitorização dos circuitos e procedimentos relativos à gestão do cloridrato de metadona constitui igualmente uma atribuição de especial importância no contexto de intervenção do SICAD.

Objetivo Operacional 4. Promover a qualidade das respostas e intervenções, de acordo com a evidência científica e as melhores práticas identificadas

No domínio deste OOp importa relevar as ações concernentes previstas para uma melhor dinamização do PORI, com a abertura de procedimentos concursais para atribuição de financiamento público a projetos - cuja conceptualização se sustente nas melhores práticas nacionais e internacionais, validadas pela evidência científica e empírica – e com a avaliação da eficácia dos projetos implementados.

Pretende-se apoiar projetos que ofereçam respostas-piloto inovadoras, integradas e com abordagens aos CAD (re)emergentes, bem como reforçar o devido acompanhamento no âmbito do reporte financeiro e de natureza técnico-científica.

Objetivo Operacional 5. Reforçar o envolvimento e/ou a capacitação dos SH nos processos de implementação, monitorização e avaliação das intervenções em CAD

A dinamização da rede de SH envolve um esforço importante com impacto significativo no aumento da qualidade e abrangência das intervenções em CAD. Nesse sentido, destaca-se a continuidade do trabalho desenvolvido no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, através do reforço e incremento de parcerias e compromissos.

Serão desenvolvidas ações de acompanhamento, supervisão e/ou consultadoria no âmbito da intervenção em CAD junto de vários SH, partindo das necessidades identificadas pelos mesmos.

Assume-se ainda como de especial relevância o desenvolvimento de ações de articulação com os programas prioritários de saúde, com impacto nas práticas interventivas e na rentabilização de recursos operacionais.

Objetivo Operacional 20. Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação

Compete à DPI as ações conducentes ao planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos em execução pelo SICAD. Este domínio envolve tarefas de elevada complexidade, requerendo a síntese e integração de dados provenientes das diferentes UO. Entre elas é de destacar a aplicação regular de instrumentos de acompanhamento e monitorização da execução do Plano de Ação 2017-2019; a elaboração de relatórios de atividades e de monitorização da execução e a atualização dos dados concomitantes nas plataformas de comunicação digital.

Objetivo Operacional 21. Coordenar e Monitorizar a implementação do PE 2017-2019

O Plano Estratégico do SICAD, 2017-2019 constitui o elemento orientador e estruturante do Planeamento Anual do SICAD, contemplando, com base no diagnóstico estratégico produzido, opções estratégicas e objetivos operacionais sustentáveis e coerentes.

A atividade de planeamento, monitorização e avaliação anual do SICAD irá ser concretizada através dos instrumentos de gestão, para monitorização mensal, nomeadamente Planos e Relatórios de Atividades e Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR – SIADAP 1.

8.1.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI) | Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC) | Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 4, 9, 10, 12, 13	1.1 a), f); 1.2 a), b)	OOp 1 - Desenvolver LO técnicas e normativas para a intervenção em CAD	Qualidade	2	1. Definição / atualização das normas, orientações técnicas e outros instrumentos de suporte à intervenção em CAD	11.1.1 Desenvolvimento de documento de atualização de linhas orientadoras para os cuidados de enfermagem em CAD (n.º de documentos)	Realização	NA	1	0	1	DIT	AO		ARS,IP	*	1.3; 1.5; 1.6; 1.10; 3.4
						11.1.2 Conclusão das linhas orientadoras para a intervenção na problemática do jogo (em meses)	Resultado	NA	10	1	8	DPI	AO		ARS,IP	*	1.2; 1.3; 1.5; 1.6; 1.10; 1.11; 2.11; 3.4; 3.9
						11.1.3 Desenvolvimento de documento técnico-normativo sobre competências de intervenção em CAD nas Unidades de Desabituação (n.º de documentos)	Realização	NA	1	0	1	DPI	AO		ARS,IP	*	1.3; 1.5; 1.10; 1.11; 2.8; 2.9; 2.11; 3.3; 3.5; 3.9

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 4, 9, 10, 12, 13	1.1 a), f); 1.2 a), b)	OOp 1 - Desenvolver LO técnicas e normativas para a intervenção em CAD	Qualidade	2	2. Acompanhamento da implementação das normas, orientações técnicas e outros instrumentos de suporte à intervenção em CAD, produzidos ou atualizados	11.2.1 Conclusão de projeto de investigação para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (em meses) QUAR	Resultado	NA	9	1	7	DIT	AO		ARS,IP FPCE-UC	* QUAR	1.1; 1.3; 1.4; 1.6; 1.7; 1.8; 1.10; 1.11; 2.11; 3.2; 3.3; 3.5; 3.9
2, 4, 5, 9	1.1 a), c), e); 1.2 b), c), d), e), f)	OOOp 2 - Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos	Eficácia	9	3. Definição de indicadores e parâmetros que permitam a monitorização e implementação das Normas e Linhas de Orientação Técnica.	12.3.1 Definição dos indicadores de diagnóstico e monitorização da intervenção em CAD em contexto laboral (em meses)	Realização	NA	10	1	8	DPIC	AO		ARS. I.P. DGS Parceiros Sociais Sociedades Científicas CNPd	*	1.2; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.10; 1.11
					4. Promoção do registo de dados nos instrumentos de monitorização das intervenções em CAD	12.4.1 Incremento dos registos das intervenções em reinserção no SIM (% de necessidades avaliadas)	Impacto	49%	60%	5%	70%	DIT	AO		ARS,IP EMSI	*	1.7; 2.8; 2.9; 2.10; 3.5; 3.8; 3.9; 4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
2, 4, 5, 9	1.1 a), c), e); 1.2 b), c), d), e), f)	OOp 2 - Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos	Eficácia	9	5. Criação/ adaptação de instrumentos de diagnóstico e de monitorização das intervenções	I2.5.1 Revisão e validação do Manual do Programa Programa Eu e os Outros (em meses)	Realização	NA	11	1	9	DPI	AO		ARS,IP	*	1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.8; 1.10; 1.11; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1; 3.2
						I2.5.2 Atualização de instrumentos de monitorização e avaliação financeira dos projetos cofinanciados no âmbito do PORI (em meses)	Realização	NA	6	1	4	DPI	AO		ARS,IP	*	1.7; 3.8; 4.3
					6. Promoção do acompanhamento, da monitorização e da avaliação das respostas implementadas	I2.6.1 Desenvolvimento e monitorização de intervenções no âmbito do Programa Eu e os Outros (nº de relatórios)	Realização	NA	1	0	1	DPI	AO		ARS,IP	*	1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.8; 1.10; 1.11; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1; 3.2

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciações por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
2, 4, 5, 9	1.1 a), c), e); 1.2 b), c), d), e), f)	OOp 2 - Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos	Eficácia	9	6. Promoção do acompanhamento, da monitorização e da avaliação das respostas implementadas	I2.6.2 Projetos de intervenção em CAD em autarquias avaliados (n.º)	Resultado	NA	3	1	5	DPIC	AO		ARS,I.P. Autarquias	*	1.1; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 3.2; 3.9; 4.3
						I2.6.3 Dinamização de grupo de trabalho para Promoção do Uso devido do Medicamento junto de crianças e jovens tendo em consideração questões de género (n.º instituições envolvidas)	Realização	NA	10	2	13	DPI	AO		INFARMED; DGS; DGE ANF; AF; OF; CNAF; UMP; SPP; ANSR	*	1.3; 1.4; 1.5; 1.10; 1.11; 2.11; 3.9
					7. Desenvolvimento de respostas específicas sobre os CAD	I2.7.1 Resposta a pedidos de informação do serviço Linha Vida (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Resultado	NA	90%	5%	100%	DPIC	AO		—	*	1.2; 1.5; 1.6; 1.8; 1.11; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
2, 4, 5, 9	1.1 a), c), e); 1.2 b), c), d), e), f)	OOp 2 - Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos	Eficácia	9	7. Desenvolvimento de respostas específicas sobre os CAD	I2.7.2 Realização de sessões informativas, de sensibilização e formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral de acordo com as necessidades identificadas (n.º de sessões/n.º de necessidades diagnosticadas)	Realização	NA	1	5%	100%	DPIC	AO		ARS,IP Autarquias Parceiros Sociais	*	1.2; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.10; 1.11
						I2.7.3 Projetos cofinanciados e acompanhados no âmbito do PORI (n.º) QUAR	Resultado	78	78	2	81	DPI	AO		ARS,IP	QUAR	1.1; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.3; 3.9
					8. Gestão dos contratos de convenção com as unidades privadas que operam no âmbito do tratamento dos CAD	I2.8.1 Resposta a pedidos relativos à gestão de contratos de convenção (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Resultado	NA	75%	5%	85%	DIT	AO		—	*	3.2; 4.3
					10. Definição das linhas estratégicas de política de jogo responsável (para os diferentes tipos de jogo e jogadores)	I2.10.1 Desenvolvimento de documento de enquadramento conceptual sobre o Jogo responsável (em meses) QUAR	Realização	NA	11	1	9	DPI / Assessoria	AO			* QUAR	1.1; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.11

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
2, 4, 5, 11	1.1 a), b) d) e)	OOp 3 - Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos CAD, através de uma rede de respostas em saúde	Eficácia	3	12. Promoção do desenvolvimento da Rede de Referência / Articulação no âmbito dos CAD	I3.12.1 Relatório Anual da Rede de Referência/Articulação (n.º de documentos)	Realização	1	1	0	1	DPI	AO		ARS,IP		1.1; 1.2; 1.3; 1.7; 1.8; 1.10; 1.11; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.8; 3.9; 4.3
					13. Monitorização dos circuitos e procedimentos relativos à gestão do cloridrato de metadona	I3.13.1 Procedimentos de gestão dos Circuitos de utilização do cloridrato de metadona nas UIL (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Resultado	NA	100%	0	100%	DPI	AO		INFARMED ARS,IP	*	1.7; 3.5; 3.9; 4.3
					14. Desenvolvimento de procedimentos de referência / intervenção na área dos CAD	I3.14.1 Desenvolvimento de metodologias de rastreio no âmbito da problemática do jogo e dos PLA (em meses) QUAR	Realização	NA	10	1	8	DPI / EMSI	AO		—	* QUAR	1.3; 1.4; 1.5; 1.10; 1.11; 2.11; 3.4; 3.9

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 12	1.1 a), c), d), e); 1.2 b), c), d); 3.2 i)	OOp 4 - Promover a qualidade das respostas e intervenções, de acordo com a evidência científica e as melhores práticas identificadas	Qualidade	5	15. Avaliação da eficácia e eficiência técnico- financeira dos projetos / compromissos implementados	I4.15.1 Procedimentos concursais abertos para atribuição de financiamento público no âmbito do PORI (n.º)	Realização	NA	25	4	30	DPI	AO		ARS,IP	* Calculado com base no n.º de territórios com projetos que terminam em 2017 e 1º trimestre de 2018 (31)	1.1; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.3; 3.9
						I4.15.2 Avaliação intermédia e final dos projetos cofinanciados no âmbito do PORI (n.º de avaliações/n.º de projetos)	Resultado	56%	60%	5%	75%	DPI	AO		ARS,IP		1.1; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.3; 3.9

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 12	1.1 a), c), d), e); 1.2 b), c), d); 3.2 i)	OOp 4 - Promover a qualidade das respostas e intervenções, de acordo com a evidência científica e as melhores práticas identificadas	Qualidade	5	16. Definição e aplicação de protocolos de avaliação dos indicadores das normas e orientações técnicas produzidas	I4.16.1 Monitorização e avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção (n.º de relatórios)	Resultado	1	1	0	1	DIT	AO		EMSI		1.1; 1.3; 1.4; 1.6; 1.7; 1.8; 1.10; 1.11; 2.11; 3.2; 3.3; 3.5; 3.9
					17. Estabelecimento de indicadores de monitorização e avaliação das intervenções	I4.17.1 Desenvolvimento de documento para a definição da estrutura e sistema de monitorização das intervenções preventivas no âmbito dos CAD (em meses)	Realização	NA	10	1	8	DPIC	AO		ARS,IP EMSI	*	1.1; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 3.9; 4.3
					18. Definição de indicadores e parâmetros que permitam o acompanhamento e monitorização de respostas / intervenções inovadoras	I4.18.1 Definição de indicadores de monitorização da intervenção no âmbito do jogo (em meses)	Realização	NA	9	1	7	DPI	AO		ARS,IP	*	1.3; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 3.9; 4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 4, 5, 6, 7, 10, 11	1.1 c), d), e); 1.2 a), b), c), d), e)	OOp 5 - Reforçar o envolvimento e/ou a capacitação dos SH nos processos de implementação, monitorização e avaliação das intervenções em CAD	Eficácia	5	20. Promoção da intervenção no âmbito dos problemas ligados ao álcool através do incremento de parcerias (Fórum Nacional Álcool e Saúde)	I5.20.1 Iniciativas de Membros do FNAS promovidas no âmbito da problemática do álcool (% de membros do FNAS com iniciativas)	Resultado	100%	70%	5%	80%	DPIC	AO		Membros do FNAS	***	1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 2.11; 3.9
					21. Promoção da intervenção dos SH nas diferentes áreas e contextos, através do incremento de parcerias (DDN, outros)	I5.21.1 Acompanhamento da Implementação do Dia da Defesa Nacional (relatório da implementação de 2016 em meses)	Realização	1	6	1	4	DPIC	AO		ARS, I.P.		1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.11; 2.3
						I5.21.2 Renovação/Dinamização de protocolos e outras parcerias institucionais para a participação dos SH na intervenção/investigação em CAD (n.º de protocolos/parcerias)	Resultado	NA	10	1	12	DPI	AO		ARS, I.P. Autarquias Outros	*	1.1; 1.2; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.11; 3.2; 3.5; 3.8; 3.9; 4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 4, 5, 6, 7, 10, 11	1.1 c), d), e); 1.2 a), b), c), d), e)	OOp 5 - Reforçar o envolvimento e/ou a capacitação dos SH nos processos de implementação, monitorização e avaliação das intervenções em CAD	Eficácia	5	21. Promoção da intervenção dos SH nas diferentes áreas e contextos, através do incremento de parcerias (DDN, outros)	I5.21.3 Dinamização/participação em grupos de discussão interinstitucionais sobre a intervenção em CAD em diferentes contextos (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Realização	NA	90%	5%	100%	DPI	AO		ISS,IP; ARS. I.P.; DGS; Parceiros Sociais; Sociedades Científicas; CNPD; CNPCJR; Outros	*	1.1; 1.2; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.9; 1.10; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.5; 3.9
					23. Desenvolvimento de ações de acompanhamento, supervisão e/ou consultoria no âmbito da intervenção em CAD, de acordo com as necessidades identificadas dos SH	I5.23.1 Consultoria, supervisão e suporte técnico no âmbito da implementação e avaliação de intervenções em CAD em diferentes contextos e grupos-alvo (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Resultado	NA	90%	5%	100%	DPI	AO		ARS. I.P. Parceiros Sociais Universidade s Sociedades Científicas CNPD Outros	*	1.1; 1.2; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.9; 1.10; 2.8; 2.9; 2.11; 3.2; 3.5; 3.9
					24. Desenvolvimento de ações de articulação com os programas prioritários de saúde	I5.24.1 Participação em grupos de trabalho no âmbito dos programas VIH/SIDA; Hepatites e Tuberculose (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Realização	NA	90%	5%	100%	DPI	AO		DGS ARS,IP.	*	1.5; 1.6; 1.10; 1.11; 1.12; 1.13; 2.8; 2.9; 3.9

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9	1.1 c), e), i), 1.2 g)	OOp 6 - Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD (Componente DPI)	Qualidade	4	28. Elaboração de informação para entidades nacionais/internacionais	I6.28.1 Respostas técnico-científicas no âmbito dos CAD a solicitações de entidades nacionais e internacionais (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Resultado	NA	90%	5%	100%	DPI	AO		ARS,IP EMSI	*	1.7; 1.8
1, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13	1.1 c), d), e), i), 1.2 g) Despacho 1733/2017: 4. b), c)	OOOp 7 - Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento	Eficácia	7	29. Apresentação de comunicações e posters em congressos/seminários /encontros científicos nacionais e internacionais	I7.29.1 Elaboração/ realização de comunicações no âmbito dos CAD em diferentes contextos e áreas de intervenção (n.º de respostas/n.º de pedidos)	Resultado	NA	90%	5%	100%	DPI / Assessoria	AO		—	*	1.1; 1.8
					31. Produção de diferentes suportes de informação para a promoção da literacia em saúde (brochuras, sinopses estatísticas,...)	I7.31.1 Desenvolvimento e divulgação de documentos de informação e suporte técnico-científico em CAD para diferentes contextos (n.º respostas/n.º pedidos)	Resultado	NA	80%	5%	90%	DPI / DIC / EMSI	AO		ARS. I.P. DGS Parceiros Sociais Sociedades Científicas CNPd	*	1.7; 1.10
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012; 3.1. a), b), c), g)	OOOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais (Componente DPI)	Qualidade	2	45. Representação nacional nas diversas instâncias da UE, do Conselho da Europa e das Nações Unidas	I11.45.10 Assegurar a Presidência das reuniões da FESAT (n.º de relatórios sobre as reuniões)	Resultado	NA		1	3	DPIC	AO/CE	—	—	*	1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais (Componente DPI)	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	<p>I11.46.1.1 Produção de suporte técnico-científico para os workbooks de Tratamento, Prevenção, Redução de riscos e de danos e Boas práticas (nº de workbooks enviados à DRI até 30 de setembro)</p> <p>I11.46.2.2 Produção de suporte técnico-científico para as tabelas estandarizadas - ST9-01, ST9-02, ST10, ST24, ST34, TDI Prevalence (% = nº de tabelas enviadas à DRI até 31 de agosto/número total de tabelas a enviar à DRI pela UO X 100)</p>	Realização	NA	4	0	4	DPI	AO/CE	—			
							Realização	NA	100%	0	100%	DPI	AO/CE				
1, 2, 3, 4, 5, 6		OOp 12 – Desenvolver relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral e promover a divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD (Componente DPI)	Qualidade	2	47. Participação em ações de cooperação e de divulgação de boas práticas nacionais	<p>I12.47.1 Acompanhamento da Implementação do Programa Eu e os Outros em Cabo Verde (relatório de 2016 em meses)</p> <p>I12.47.2 Conclusão das recomendações para a implementação de respostas de reinserção em Cabo Verde (n.º de respostas/n.º de pedidos)</p> <p>I12.47.7 Elaboração do Final Report da RARHA (n.º de documentos)</p> <p>I12.47.8 Integrar o Projeto Erasmus+ Key Action 2: Strategic Partnership como parceiro associado (nº relatórios de reuniões)</p>	Resultado	NA	6	1	4	DPI	AO	UNODC_Cabo Verde	—	*	1.10
							Resultado	NA	90%	5%	100%	DPI	AO	UNODC_Cabo Verde	—	*	1.10
							Realização	NA	1	0	1	DPIC	CE	Comissão Europeia / Associated Partners	—	*	1.10
							Realização	NA	2	1	3	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	—	*	1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
3, 4	1.1 i) 1.2 g) Despacho 1733/2017: 4. b), c)	OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos (Componente DPI)	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.4 Assegurar o acompanhamento da execução do Plano de Ação 2017-2019 e a avaliação do ciclo estratégico 2013-2016 pela Subcomissão de Prevenção, RRMD, Tratamento e Reinserção (n.º de relatórios)	Realização	NA	1	0	1	DPI	AO		Membros da Subcomissão	***	1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.9; 1.11; 1.12; 1.13; 1.18; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1; 3.2; 3.7; 3.9; 4.3
4, 5, 7, 9, 13	Despacho 1733/2017 4. a), c)	OOp 21 – Coordenar e Monitorizar a implementação do PE 2017-2019	Qualidade	2	76. Acompanhamento da Operacionalização do PE 2017-2019	I21.76.1 Aplicação dos instrumentos de recolha de informação relativos à monitorização da execução do Plano Estratégico 2017-2019 (n.º de vezes no ano)	Realização	5	3	0	3	DPI	AO		DMI, DRI, DGR, EMCAD, EMSI, Assessorias	***	4.3
						I21.76.2 Monitorização da execução do Plano Estratégico 2017-2019, disponíveis na <i>Intranet</i> (n.º de vezes no ano)	Resultado	3	2	0	2	DPI	AO		DIC	***	4.3
						I21.76.3 Relatório de Monitorização de 2016 e avaliação do Plano Estratégico 2013-2016 (em meses)	Resultado	8	8	1	6	DPI	AO		–		4.3
						I21.76.4 Divulgação do Relatório junto de todos os SH (em meses)	Resultado		7	0	7	DPI	AO		DIC	*	4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
4, 5, 7, 9, 13	Despacho 1733/2017 4. a), c)	OOp 21 – Coordenar e Monitorizar a implementação do PE 2017-2019	Qualidade	2	77. Planeamento, monitorização e avaliação anual do SICAD	I21.77.1 Relatórios semestral e anual da monitorização do QUAR (nº de relatórios)	Resultado	2	2	0	2	DPI	AO		DMI, DRI, DGR, EMCAD, EMSI, Assessorias		4.3
						I21.77.2 Relatório de Atividades 2016 (em meses)	Resultado	4	4	0	4	DPI	AO		DMI, DRI, DGR, EMCAD, EMSI, Assessorias		4.3
						I21.77.3 Plano de Atividades 2017 (em meses)	Resultado		3	0	3	DPI	AO		DMI, DRI, DGR, EMCAD, EMSI, Assessorias	*	4.3
						I21.77.4 Aplicação dos instrumentos de recolha de informação relativos à monitorização da execução do Plano de Atividades 2017 (nº de vezes no ano)	Realização	8	7	1	9	DPI	AO		DMI, DRI, DGR, EMCAD, EMSI, Assessorias	***	4.3
						I21.77.5 Atualização dos dados de monitorização do Plano de Atividades 2017, disponíveis na <i>Intranet</i> (n.º de vezes no ano)	Realização	3	2	0	2	DPI	AO		DIC	***	4.3

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)

Divisão de Estatística e Investigação (DEI)

Divisão de Informação e Comunicação (DIC)

À **Direção de Serviços de Monitorização e Informação**, doravante designada por DMI, compete⁸:

- a) Assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informação dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- b) Desenvolver, promover e estimular a investigação científica no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências e manter um sistema de informação sobre o fenómeno da droga e das toxicodependências;
- c) Assegurar a elaboração de relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, incluindo informação relativa a indicadores sobre consumos e mercados bem como sobre as atividades desenvolvidas pelas diversas entidades com responsabilidades nestas áreas;
- d) Gerir o registo central dos processos de contraordenação, ao abrigo da Portaria n.º 604/2001, de 12 de junho;
- e) Assegurar a participação e representação internacional, no domínio das suas competências e atribuições específicas enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependência do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, em coordenação com a DGS, enquanto entidade responsável pelas relações internacionais do Ministério da Saúde.

Esta direção de Serviços, através do Despacho n.º 1733/2017, com a extinção da Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO), incorporou, em fevereiro de 2017, as atribuições constantes no n.º 4 do Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho, correspondentes à alínea f):

- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos profissionais intervenientes, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências;

Esta direção de serviços estrutura-se com a **Divisão de Estatística e Investigação (DEI)**⁹ e com a **Divisão de Informação e Comunicação (DIC)**¹⁰, com as seguintes competências:

⁸ Cf. Portaria n.º. 154/2012, de 22 de maio

⁹ Cf. No Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho

¹⁰ *Idem*

Divisão de Estatística e Investigação (DEI)

- a) Promover o alargamento da rede de serviços fonte de dados no âmbito do sistema de informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, e desenvolver com esses serviços metodologias de recolha e análise de dados normalizadas com vista à identificação atempada de padrões e tendências que sirvam de apoio à decisão e às intervenções nestes domínios;
- b) Proceder à recolha e tratamento dos dados reunidos nos serviços públicos e organizações privadas com intervenção nestas áreas, incluindo as informações previstas no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro;
- c) Produzir informação específica para dar resposta a várias solicitações e diversos compromissos nacionais e internacionais, designadamente a elaboração de relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, e a resposta a questionários periódicos internacionais;
- d) Desenvolver e promover estudos no âmbito de projetos nacionais e internacionais sobre as diversas vertentes associadas ao fenómeno das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e as dependências;
- e) Acompanhar e prestar apoio técnico-científico a projetos de investigação no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente estudos de “investigação-ação” com vista a diagnósticos de necessidades e avaliação das intervenções;
- f) Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que facilite a difusão da cultura científica nestes domínios;
- g) Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas, designadamente as previstas nos artigos 7.º e 62.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro;
- h) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

Divisão de Informação e Comunicação (DIC)

- a) Coordenar, dinamizar e atualizar os diferentes canais de informação, da responsabilidade do SICAD, nomeadamente site SICAD, Intranet, Diretório do Álcool e redes sociais;
- b) Recolher, tratar e divulgar a informação em diversos suportes, sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Assegurar o tratamento e divulgação do espólio documental do SICAD, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências e garantir o atendimento ao público que a ele se dirija;
- d) Desenvolver produtos de comunicação e divulgação através da gestão e criação de materiais gráficos e multimédia e apoiar na interação com a Imprensa;
- e) Apoiar a edição das publicações do SICAD e a divulgação de publicações nestes domínios;
- f) Assegurar a edição da revista científica Toxicodependências;
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

8.2.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 6. Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD

Tendo como orientações estratégicas prioritárias a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento produzidos em matéria de CAD e o apoio, com informação recente, pertinente e de qualidade, à coordenação nacional para os problemas da droga, toxicodependência e uso nocivo do álcool, este objetivo operacional compreende todas as ações desenvolvidas com vista à disponibilização desta informação, e que se concretizam, sobretudo, em produtos como os Relatórios e outros documentos preparados ou preenchidos em função de solicitações realizadas à DEI.

Relatórios

Relatórios Anuais de caracterização da situação do país

A elaboração do **Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependência** conta já com cerca de 2 décadas de experiência, tendo vindo, paulatinamente, a ser enriquecido com a participação de novos *stakeholders*, com a diversificação da informação disponibilizada em função das necessidades nacionais e internacionais, a par do incremento da qualidade dos indicadores apresentados. Este documento, tal como o **Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool**, com 3 anos de experiência, sistematiza de forma crítica toda a informação nacional de qualidade, nas áreas da procura e da oferta, considerando parâmetros relativos ao consumo e problemas associados e proveniente quer de sistemas de informação internos e externos ao SICAD, quer de estudos nacionais implementados. A atualização e disponibilização anual desta caracterização é, assim, fundamental para o estabelecimento de metas, definição de políticas e sua avaliação, à escala da coordenação nacional, potenciando ainda a articulação entre os SH da área.

Relatórios de estudos realizados/promovidos pelo SICAD

No âmbito dos relatórios científicos de estudos, merece particular destaque enquanto meta para 2017 a apresentação do **Relatório do IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal/2016-17**, dada a particular relevância deste inquérito para a disponibilização de informação representativa da população portuguesa (15-74 anos) quanto a diversos tipos de comportamentos aditivos e problemas associados, incluindo indicadores comparáveis a nível europeu no domínio das substâncias ilícitas e de bebidas alcoólicas. Este inquérito tem vindo a aumentar a sua abrangência no que toca a comportamentos aditivos estudados, acompanhando as necessidades de informação nesta área. A recolha de dados, iniciada no final de 2016 e a ser concluída em 2017, permitirá atualizar a informação relativa a 2012. Trata-se de um projeto acompanhado pela DEI, implementado pelo CICS.NOVA da FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

Com início em 2015, o **Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos, dirigido aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional** foi inicialmente integrado nas novas linhas de investigação, no anterior ciclo estratégico, tendo sido apresentado um primeiro relatório em 2016, relativo à edição de 2015. A sua replicação anual permite a consolidação da validade da informação recolhida e a leitura de tendências, fazendo agora sentido integrá-lo nas *linhas de investigação tradicionais*. Em 2017 pretende-se elaborar e divulgar o relatório relativo à edição de 2016.

Ainda no âmbito das *linhas de investigação tradicionais*, desde 2008 que tem vindo a ser aplicado em todas as edições do Festival Rock in Rio – Lisboa um inquérito sobre representações sociais, focado ora nas substâncias ilícitas, ora no álcool, consoante a edição. Tendo em conta a orientação do atual ciclo estratégico para o aprofundamento da exploração da informação recolhida através de estudos anteriormente realizados com vista à produção de conhecimento adicional e consequente incremento da eficiência do trabalho desenvolvido, propõe-se, para 2017, a realização de uma meta-análise dos dados recolhidos em 3 edições, no âmbito das quais o inquérito se focou nas substâncias ilícitas, cujo produto final será um relatório: **Representações Sociais da Droga e da Toxicodependência entre o público jovem do Rock in Rio – Lisboa 2008/2012/2016**.

Por último, no que diz respeito a relatórios de estudos realizados/promovidos pelo SICAD, estabeleceu-se como meta para 2017 a apresentação do relatório de um estudo inscrito no anterior ciclo estratégico no quadro das *novas linhas de investigação* - **Efeitos da Intervenção em Dissuasão, baseado na atividade das CDT** - . Tendo como orientação a disponibilização atempada da informação, este estudo foi divulgado no ano em que a recolha de dados foi concluída (2016: apresentação pública e disponibilização de sinopse de resultados no site do SICAD), pretendendo-se, em 2017, disponibilizar este documento, com informação mais detalhada.

Relatórios estatísticos das unidades de internamento

Os relatórios estatísticos das unidades de internamento proporcionam a apresentação de informação sobre os utentes e atividades desenvolvidas por estas unidades, de forma mais detalhada que nos relatórios anuais de caracterização da situação do país, potenciando um maior conhecimento do perfil destes utentes e eventuais alterações ao mesmo ao longo dos anos, uma vez que são, também, replicados anualmente.

Face à atual orientação para a exploração mais eficiente dos “reservatórios de dados” disponíveis, estipulou-se como plano de trabalho para este ano a realização de uma análise comparativa dos dados referentes aos 3 últimos anos, espelhada, respetivamente, num **Relatório das Unidades de Desabilitação Públicas 2013-2015** e num **Relatório das Comunidades Terapêuticas Públicas 2013-2015**.

Elaboração de informação para entidades nacionais/internacionais

Como referido inicialmente, uma segunda componente do trabalho desenvolvido pela DEI no que reporta à transmissão de informação diz respeito à preparação de informação *ad hoc* e resposta a questionários, para

entidades nacionais e internacionais, para além da corrente disponibilização de informação a outras unidades orgânicas do SICAD.

Embora existam alguns questionários de preenchimento previsível pelo seu carácter periódico, este tipo de ação caracteriza-se por uma maior imprevisibilidade, pelo que a tónica colocada em termos de meta para a DEI incide na sua capacidade de resposta a estas solicitações.

Como tal, dada a experiência de anos anteriores, mas tendo, por outro lado, em consideração os recursos humanos disponíveis e o aumento da abrangência da informação solicitada para áreas cada vez mais diversas, estipulou-se como meta conseguir responder a 95% das solicitações realizadas, dentro dos prazos definidos. Dada a exigência desta ação em termos de volume e complexidades das solicitações, considerou-se pertinente diferenciar as respostas a compromissos interinstitucionais das respostas a outros pedidos de informação

No que diz respeito a este Objetivo Operacional a DIC continuará a realizar em estreita articulação com os vários Coordenadores das Subcomissões da Comissão Técnico do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, da Toxicodependência e do Uso Nocivo do Álcool, a compilação das respostas e intervenções realizadas pelos diferentes parceiros que atuam nesta área e que se consubstanciará no Relatório Anual 2017 - Descritivo de Respostas e Intervenções no âmbito das ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências.

Objetivo Operacional 7. Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento

Dada a relevância de se apostar cada vez mais na transformação da informação em conhecimento e na sua transmissão efetiva a grupos alvo com graus diversos de conhecimento em matéria de CAD, potenciando-se, desta forma, uma cidadania mais ativa e uma maior capacitação dos indivíduos e das entidades para tomadas de decisão baseadas em informação fidedigna, estipulou-se esta linha de ação como um objetivo operacional autónomo.

As atividades desenvolvidas no seu âmbito, bem como os respetivos produtos, distinguem-se do OOp 6 pela especificidade/profundidade da informação preparada e/ou pela diversidade de meios e suportes de divulgação. Como tal, internamente, poderá ter um papel importante na qualificação e alinhamento dos colaboradores e, por outro lado, contribuir para a definição de normas, orientações e outros instrumentos de intervenção, baseadas em evidência. É ainda de notar o particular alinhamento com as orientações do Ministério da Saúde em termos de promoção da cidadania em saúde e capacitação dos cidadãos.

Como tal, a DEI assumirá uma maior proatividade na apresentação de **comunicações/posters em congressos/seminários /encontros científicos nacionais e internacionais**, definindo, pela primeira vez, um número mínimo de apresentações a realizar. Note-se que esta vertente de divulgação integrava já as atividades desenvolvidas em anos anteriores, mas sempre na perspetiva de resposta a solicitações

Adicionalmente, apostar-se-á na apresentação de informação em suportes mais didáticos e acessíveis a um público com conhecimentos menos especializados, como **sinopses estatísticas e brochuras de estudos**. Para

2017 prevê-se a disponibilização de uma sinopse estatística que apresente os principais números que caracterizam a situação do país em matéria de CAD (relativa a 2015), a par de 2 brochuras com os principais resultados de estudos realizados recentemente.

Assumindo que as novas tecnologias, enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação, se assumem hoje como uma ferramenta essencial quer ao nível da comunicação interna quer ao nível da comunicação externa das organizações o SICAD, através da DIC, tem procurado potenciar esta área quer a nível interno através da Intranet, quer a nível externo através do *site* institucional e da permanente presença nas Redes Sociais.

Neste sentido, potenciar a utilização da Intranet, introduz como vantagens imediatas a partilha alargada de recursos de informação e utilitários, a circulação eficiente de informação interna, bem como o uso de um conjunto de recursos e serviços estáveis, fiáveis e abrangentes.

No que diz respeito à comunicação externa, sendo a página eletrónica do SICAD um excelente veículo de comunicação, facilitando aos utilizadores o acesso imediato a todo o tipo de informação considerada relevante na área dos CAD, é extramente importante a sua constante dinamização e atualização com conteúdos pertinentes e credíveis. Assim em 2017 a DIC apostará na continuidade deste trabalho procurando potenciar esta ferramenta fundamental na comunicação das instituições com o seu público-alvo. Em relação às Redes Sociais, a DIC procurará em 2017 manter os níveis de publicação diária bem como potenciar a criação e elaboração própria de conteúdos para divulgação nestas plataformas.

Em relação à gestão e divulgação de informação de carácter técnico-científico o SICAD mantém em funcionamento, através da DIC, o Centro de Documentação. Este serviço, especializado na área dos comportamentos aditivos e dependências, é um espaço dedicado à aquisição, tratamento, organização e gestão de documentação na área dos CAD. Destinado primordialmente a estudantes, investigadores, profissionais da área constitui-se, também, como uma mais-valia na disseminação de informação sobre CAD ao cidadão.

O Centro dispõe de uma base de dados, única no país, para pesquisa *in loco* e *online* contendo cerca de 36.000 registos. Esta base de dados é constituída por monografias, relatórios, trabalhos de investigação, obras de referência e publicações periódicas especializadas nacionais e estrangeiras. Para além desta informação com um carácter mais técnico-científico existe, também, informação noutros suportes, tais como, registos audiovisuais, notícias de imprensa escrita, relatórios e documentação temática em formato eletrónico. Em 2017 procurar-se-á dar continuidade ao trabalho desenvolvido, nomeadamente divulgando de forma sistemática, quer através das listas de distribuição especializadas (Imprensa, Legislação, Eventos e Informação Técnico-científica) quer através da disponibilização, presencial e *online*, de estudos e publicações nacionais e internacionais na área dos comportamentos aditivos e dependências.

Para além desta atividade a DIC tem vindo a apoiar e a realizar a publicação de documentos de referência para esta área, nomeadamente no que diz respeito à publicação de Normas de Orientação para intervenção em CAD e de Teses de Doutoramento que pela sua qualidade se assumem como referência para os profissionais desta área. Ainda, neste contexto, prevê-se a reedição/elaboração de material informativo sobre CAD que possa ser disponibilizado para utilização em vários contextos de intervenção.

Objetivo Operacional 8. Consolidar e implementar novos mecanismos potenciadores da articulação /cooperação entre SH no âmbito da partilha de informação e do conhecimento

A generalidade da informação trabalhada e disponibilizada em diferentes formatos pela DEI assenta numa extensa e consolidada rede de *stakeholders*, tendo esta Divisão um papel reconhecido na dinamização desta rede no que diz respeito a indicadores na área dos CAD.

O aumento da abrangência das atribuições do SICAD em matéria de comportamentos aditivos tem vindo a impor a necessidade de alargar a rede a *stakeholders* com atuação nas novas áreas. Adicionalmente, na perspetiva do incremento da qualidade e utilidade da informação disponibilizada tem-se procurado potenciar sinergias com vista ao desenvolvimento de indicadores considerados cientificamente relevantes para a ação e decisão a nível nacional, europeu e internacional, sendo esta uma orientação particularmente significativa para o atual ciclo estratégico.

De igual forma, o SICAD pretende desempenhar um papel potenciador da cooperação entre investigadores portugueses nesta área. Para o efeito, no anterior ciclo estratégico foi estabelecendo contactos com diversos investigadores com vista à sua integração numa **Rede Nacional de Investigadores em CAD**, contando com 99 investigadores no final de 2016. Embora a comunidade científica nesta área seja reduzida, considera-se que existe ainda algum potencial de crescimento desta Rede, tendo em conta áreas menos exploradas em termos de comportamentos aditivos, pelo que manteve como indicador desta atividade o número de novos investigadores.

Por sua vez, o SICAD, através da DEI, integra grupos e redes internacionais no domínio da informação e investigação em CAD, contribuindo com informação que permita caracterizar a situação europeia, com propostas com vista à construção de indicadores e instrumentos de recolha de informação internacionais, com conhecimento para a problematização de temas específicos em CAD ou mesmo para a potenciação da cooperação em matéria de informação e investigação a nível europeu. Neste âmbito, prevê-se, para 2017, a integração em 5 grupos/redes a este nível (*ERANID – European Research Area Network on Illicit Drugs*, *ESPAD – European School Survey Project on Alcohol and other Drugs*, Rede europeia de peritos sobre o Consumo Problemático de Drogas (OEDT), Grupo de trabalho no âmbito do *European Questionnaire on Drug Use in Prison (OEDT) e MedSPAD Committee*).

Objetivo Operacional 9. Assegurar a adequação da informação às necessidades nacionais e internacionais

Face ao papel do conhecimento no apoio à coordenação nacional e relações internacionais, num cenário de mutabilidade crescente e imprevisibilidade no contexto macro ambiental em geral, e no das adições e dependências em particular, e tendo em conta o número de indicadores trabalhados, importa manter como linha de ação a adequação destes indicadores às necessidades nacionais e internacionais de informação, tendo como orientação a otimização da qualidade dos dados e a eficiência no processamento da informação.

Neste contexto, em 2017 proceder-se-á a uma avaliação da aplicação de diferentes métodos indiretos de estimação do consumo problemático de drogas com vista ao incremento da qualidade deste indicador e, sobretudo, da eficiência com que este é disponibilizado. Esta avaliação terá como produto um **relatório: estudo de novos métodos de análise de dados para a construção do indicador de consumo problemático**.

Objetivo Operacional 10. Assegurar a realização periódica de estudos/projetos em linhas de investigação tradicionais

As linhas de investigação tradicionais dizem respeito a estudos/projetos (na sua maioria, nacionais), replicados periodicamente, que permitem realizar uma análise de tendências. Trata-se de uma linha de ação particularmente relevante quanto à obtenção de indicadores diretos de comportamentos aditivos e problemas associados na população geral e em subgrupos populacionais e contextos, por isso, intrinsecamente associada ao objetivo estratégico de desenvolvimento de linhas de investigação prioritárias e fundamental no apoio à coordenação nacional.

Como explanado no Plano Estratégico 2017-2019, quanto ao vetor do Conhecimento, neste ciclo apostar-se-á apenas no desenvolvimento de projetos que se enquadram nesta categoria de estudos, a par da meta-análise de informação disponível nos diversos “reservatórios de dados”.

Como tal, para 2017, prevê-se a implementação do estudo para a *estimativa do consumo problemático de drogas* em Portugal e do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos, dirigido aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional – 2017.

O último estudo realizado para a *estimativa do consumo problemático de drogas*, em 2014, disponibilizou informação quanto a este indicador-chave relativa a 2012, pretendendo-se, em 2017, atualizar esta informação.

Por sua vez, o *inquérito implementado no Dia da Defesa Nacional*, acompanhado pela DEI, é implementado pelo Ministério da Defesa Nacional/Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, sendo esta a sua 3ª edição. Este inquérito é desenvolvido no contexto da parceria estabelecida entre o SICAD e esta entidade, no âmbito da qual são desenvolvidas, pelas estruturas locais, sessões sobre comportamentos aditivos e dependências junto dos jovens participantes nesta iniciativa.

Objetivo Operacional 12. Desenvolver relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral e promover a divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD

No âmbito do Programa COPOLAD (*Programa de Cooperación entre América Latina y la Unión Europea en Políticas sobre Drogas*) o SICAD, através da DIC, participa ativamente na criação e implementação de uma base de dados, BIDA- Biblioteca Ibero-americana de Dependências, tendo assumido um compromisso na gestão e introdução de registos bibliográficos, de documentos nacionais e divulgação do catálogo de revistas assinadas pelo Centro de Documentação. Para além destas atividades cumpre-lhe, também, através da DIC responder às várias solicitações dos parceiros envolvidos na divulgação e disponibilização de documentos técnico-científicos na área das dependências. Importa referir que a BIDA é uma plataforma virtual para a gestão descentralizada e especializada na área da informação e conhecimento em drogas e dependências.

Objetivo Operacional 19. Potenciar a aprendizagem comunicacional e o alinhamento dos colaboradores

Para além de todas as competências técnicas inerentes a um elevado desempenho profissional é, hoje, fundamental, por parte dos profissionais de uma instituição, a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de atributos e/ou competências (*soft skills*) que promovam as relações interpessoais e, consequentemente, melhorem o desempenho profissional. Entre outras, destacamos, a capacidade de trabalho em equipa, flexibilidade, capacidade de pensamento crítica e resolução de problemas e capacidade de comunicação.

Para o reforço destas competências destaca-se para o ano de 2017 a criação de grupos de trabalho intrainstitucionais que as promovam e resultem numa resposta ágil e coerente aos diversos pedidos de informação.

Em relação ao alinhamento dos colaboradores é essencial que estes se revejam na missão, na visão e nos valores do SICAD. Só assim será possível manter uma identidade coletiva e uma cultura organizacional fortes, que comprometam os colaboradores e promovam desempenhos de excelência.

A imagem institucional do SICAD, tanto ao nível interno como ao nível externo, está bem definida pelo trabalho efetuado nos anos transatos. Em 2017, o SICAD continuará a desenvolver, gerir e construir uma imagem consolidada através dos seus produtos e serviços que contribua para a melhoria dos processos de trabalho e tarefas inerentes aos seus profissionais, mas, também, que reflita a missão e os valores deste Serviço, tornando-se assim, uma mais-valia para os profissionais mas também para os cidadãos que usufruem dos produtos e serviços desenvolvidos por este Serviço.

8.2.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI) | Divisão de Estatística e Investigação (DEI) | Divisão de Informação e Comunicação (DIC)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9	2.1. c); g) h)	OOp 6 - Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD	Qualidade	4	25. Elaboração e divulgação de Relatórios Anuais da situação do país em matéria de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências	I6.25.1 Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependência - 2016 (nº) QUAR	Resultado	1 (2016)	1	0	1	DEI		-	Serviços Fonte de Dados	QUAR Concorre para o I1 do PE. Não se propõe progressão de meta porque, embora possa ocorrer um incremento na quantidade de informação disponibilizada, pretende-se reunir a mesma num documento único.	1.1; 1.8
						I6.25.2 Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool - 2016 (nº) QUAR	Resultado	1 (2016)	1	0	1	DEI		-	Serviços Fonte de Dados	QUAR Concorre para o I1 do PE. Não se propõe progressão de meta porque, embora possa ocorrer um incremento na quantidade de informação disponibilizada, pretende-se reunir a mesma num documento único.	1.1 e 1.8
						I6.25.3 Relatório Anual - Descritivo de Respostas e Intervenções	Resultado	1	0	1		DIC				*	1.1; 1.8
					26. Elaboração e divulgação de Relatórios dos estudos realizados/promovidos pelo SICAD	I.6.26.1 Relatório do estudo Efeitos da Intervenção em Dissuasão, baseado na atividade das CDT (nº)	Resultado	NA	1	0	1	DEI		-	-	* Concorre para o I2 do PE. NOVO: Tratou-se do primeiro estudo nacional sobre o tema.	1.1; 1.8

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9	2.1. c); g) h)	Oop 6 - Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD	Qualidade	4	26. Elaboração e divulgação de Relatórios dos estudos realizados/promovidos pelo SICAD	I.6.26.2 Relatório do IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal/2016-17 (nº) QUAR	Resultado	1 (2013)	1	0	1	DEI		CICS.NOVA /FCSHUL	CICS.NOVA /FCSHUL	QUAR Concorre para o I1 do PE. Não se propõe progressão de meta porque, embora possa ocorrer um incremento na quantidade de informação disponibilizada, pretende-se reunir a mesma num documento único.	1.1; 1.8
						I6.26.3 Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos, dirigido aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional - 2016	Resultado	1 (2016)	1	0	1	DEI	-		MDN	Concorre para o I2 do PE. Não se propõe progressão de meta porque embora o referido inquérito possa dar lugar a mais do que um estudo/relatório, existe apenas 1 relatório respeitante ao inquérito na globalidade.	1.1; 1.8
						I6.26.4 Relatório do estudo Representações Sociais da Droga e da Toxicodependência entre o público jovem do Rock in Rio – Lisboa 2008/2012/2016 (nº)	Resultado	NA	1	0	1	DEI	-	-	-	* Concorre para o I2 do PE. NOVO: Trata-se de uma primeira meta-análise dos dados recolhidos no âmbito do Inquérito ao Público Jovem do Rock in Rio (Droga) em 3 edições do mesmo.	1.1; 1.8
					27. Elaboração e divulgação de Relatórios estatísticos das unidades de internamento públicas e licenciadas	I6.27.1 Relatório das Unidades de Desabilitação Públicas 2013-2015 (nº)	Resultado	1 (2009)	1	0	1	DEI	-		UD Públicas	Não se propõe progressão da meta em virtude de o objetivo da ação ser o de reunir num documento único informação sobre as atividades/utentes destas unidades.	1.1 e 1.8

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9	2.1. c); g) h)	OOp 6 - Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD	Qualidade	4	27. Elaboração e divulgação de Relatórios estatísticos das unidades de internamento públicas e licenciadas	16.27.2 Relatório das Comunidades Terapêuticas Públicas 2013-2015 (nº)	Resultado	1 (2014)	1	0	1	DEI	-	-	CT Públicas	Não se propõe progressão da meta em virtude de o objetivo da ação ser o de reunir num documento único informação sobre as atividades/utentes destas unidades.	1.1 e 1.8
					28. Elaboração de informação para entidades nacionais/internacionais	16.28.2 Respostas a compromissos interinstitucionais dentro dos prazos definidos (%)	Realização	100% (2016)	95%	0	100%	DEI	-	-	-	Contribui para o I31 do PE. Não se propõe progressão da meta em virtude de a agora estabelecida ser já ambiciosa face à previsibilidade do aumento crescente da procura de informação nas novas áreas de CAD conjugado com os recursos humanos limitados.	1.1; 1.8
						16.28.3 Respostas a outros pedidos de informação dentro dos prazos definidos (%)	Realização	100% (2016)	95%	0	100%	DEI	-	-	-	Contribui para o I31 do PE. Não se propõe progressão da meta em virtude de a agora estabelecida ser já ambiciosa face à previsibilidade do aumento crescente da procura de informação nas novas áreas de CAD conjugado com os recursos humanos limitados.	1.1; 1.8

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13	2.1. c); h)	OOp 7 - Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento	Eficácia	7	29. Apresentação de comunicações e posters em congressos/seminários /encontros científicos nacionais e internacionais	I7.29.2 Comunicações / posters apresentados em congressos / seminários / encontros científicos (nº)	Resultado	NA	4	1	-	DEI	-	-	-	* Contribui para o I2 do PE. NOVO: Trata-se de um tipo de atividade de transmissão de informação pela primeira vez considerada como indicador.	1.1; 1.8
					31. Produção de diferentes suportes de informação para a promoção da literacia em saúde (brochuras, sinopses estatísticas,...)	I7.31.2 Produtos para a promoção da literacia em saúde (brochuras/sinopses) (nº)	Resultado	NA	3	0	-	DEI	-	-	-	* Contribui para o I3 do PE. NOVO: Numa lógica de promoção da cidadania em saúde, investimento em produtos que tornem a informação mais acessível.	1.1; 1.8
						I7.31.3 Edição de documentos na área dos CAD (nº)	Resultado	NA	15	3	18	DIC				*	1.1; 1.8
					32. Produção e divulgação de conteúdos informativos nas redes sociais	I7.32.1 Conteúdos elaborados para as redes sociais (nº)	Resultado	NA	230	30	260	DIC				*	1.1; 1.8
						I7.32.2 Conteúdos produzidos e atualizados para site institucional (%)	Resultado	NA	90%	5%	100%	DIC				*	1.1; 1.8
						I7.32.3 Atualização e gestão de conteúdos da Intranet (%)	Realização	NA	90%	5%	100%	DIC				*	1.1; 1.8
						I7.32.4 Relatório de monitorização do site institucional	Realização	NA	1	0	1	DIC				*	1.1; 1.8
					33. Organização de congressos, seminários e encontros técnico-científicos	I7.33.1 Organização de eventos (nº)	Resultado	NA	6	1	9	DIC				**	1.1; 1.8

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13	2.1. c); h)	OOp 7 - Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento	Eficácia	7	34. Disseminação de informação através do Centro de Documentação	17.34.1 Informação reportada a profissionais e SH (%)	Realização	NA	90%	5%	100%	DIC				*	1.1; 1.7; 1.8
						17.34.2 Novos registos em bases de dados bibliográficos (nº)	Resultado	NA	1000	100	1101	DIC				*	1.3; 3.9
					35. Elaboração do Plano de Formação e promoção da formação em CAD para intervenientes	17.35.1 Elaboração do diagnóstico de necessidades da formação em CAD (nº de diagnósticos)	Realização	1	1	0	2	DMI					
						17.35.2 Plano de Formação em CAD	Realização	1	1	0	2	DMI					
						17.35.3 Emissão de pareceres técnico-pedagógicos (nº de respostas/nº de pedidos)	Realização	100%	100%	0%	100%	DMI					
						17.35.4 Dinamização do Plano de Formação QUAR	Impacto	12	5	1	7	DMI				*** QUAR	
						17.35.5 Estágios acolhidos (nº de respostas/nº de pedidos)	Impacto	100%	100%	0%	100%	DMI					
1, 3, 4, 5, 7, 8	2.1. a); c); f)	OOp 8 - Consolidar e implementar novos mecanismos potenciadores da articulação/cooperação entre SH no âmbito da partilha de informação e do conhecimento	Eficácia	3	36. Alargamento e dinamização da Rede Nacional de Investigadores em CAD através do incentivo à elaboração de dossiers temáticos	18.36.1 Novos investigadores na Rede Nacional de Investigadores em CAD (nº)	Resultado	9 (2016)	5	0	33	DEI	-	-	-	Contribui para o I16 do PE. Não se propõe progressão de meta considerando a dimensão da comunidade científica na área de CAD em PT, praticamente toda já incluída na Rede.	1.1; 1.8

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 5, 7, 8	2.1. a); c); f)	OOp 8 - Consolidar e implementar novos mecanismos potenciadores da articulação /cooperação entre SH no âmbito da partilha de informação e do conhecimento	Eficácia	3	38. Participação em grupos de trabalho e redes internacionais no âmbito da informação e investigação em CAD (nº)	I8.38.1 Grupos de trabalho / redes internacionais integrados, no âmbito da informação e investigação em CAD (nº)	Realização	5 (2016)	5	0	6	DEI	-	-	-	Não se propõe progressão da meta em virtude de, pela natureza da ação, estar em causa uma dependência inter-entidades quanto à formação e extinção destes Grupos/Redes.	1.1; 1.8
1, 3, 4, 7, 8, 9, 11	2.1. a); b)	OOp 9 - Assegurar a adequação da informação às necessidades nacionais e internacionais	Qualidade	2	40. Reforço e rentabilização da capacidade de análise de dados/ informação, através do desenvolvimento de novas metodologias/métodos no cálculo de indicadores-chave e de estratégias de triangulação na análise dos “reservatórios de dados” disponíveis	I9.40.1 Relatório referente ao estudo de novos métodos de análise de dados para a construção do indicador de consumo problemático (nº)	Resultado	NA	1	0	-	DEI	-	-	-	Contribui para o I30 do PE. Novo: Atividade desenvolvida com o propósito de melhorar a qualidade e a eficácia quanto à disponibilização do indicador de consumo problemático	1.4; 1.6; 1.9
1, 3, 4, 7, 8, 9	2.1. d)	OOp 10 - Assegurar a realização periódica de estudos/projetos em linhas de investigação tradicionais	Qualidade	4	42. Realização de estimativas do consumo problemático de drogas	I10.42.1 Recolha de dados para a realização da estimativa do Consumo Problemático de Drogas (em meses)	Realização	12 (2013)	6	1	9	DEI	-	-	-	Contribui para o I35 do PE.	1.4; 1.6; 1.9

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
					44. Realização de estudos anuais sobre CAD nos jovens de 18 anos - Inquérito DDN	I10.44.1 Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos, dirigido aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional - 2017 (em meses)	Realização	11 (2016)	11	0	11	DEI		MDN	MDN	Contribui para o I35 do PE.	1.4; 1.6; 1.9
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	I11.46.1.2 Produção de suporte nos domínios da informação e investigação para os workbooks Redução de riscos e de danos, Drogas, Mercados de droga e crime, Prisões e Investigação (nº de workbooks enviados à DRI até 30 de setembro)	Realização	NA	5	0	5	DEI	AO/CE	—			

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
		regionais (Componente DMI)				I11.46.2.3 Recolha e análise de dados para as tabelas estandarizadas - ST1, ST2, ST5, ST6, ST7/8, ST11, ST12, ST13, ST16 (% = nº de tabelas enviadas à DRI até 31 de agosto/número total de tabelas a enviar à DRI pela UO X 100)	Realização	NA	100%	0	100%	DEI	AO/CE				
1, 2, 3, 4, 5, 6		OOp 12 - Desenvolver relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral e promover a divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD (Componente DMI)	Qualidade	2	48. Participação em atividades no âmbito do Programa COPOLAD (Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra a Droga)	I12.48.1.1 Novos registos bibliográficos em base de dados digital BIDA (nº)	Resultado	NA	60	7	68	DIC	AO	–	–	*	1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
--------	-------------------------------------	---------------------------------------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------	-----------------------------------------	---------------------	-----------------------	----------------------	---------------	-----------------	-------------------	--------------------------------	--------------------------------------	------------------------	-----------------------------	-------------	-------------------------------------------------

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 4, 5, 13		OOp 19 – Potenciar a aprendizagem comunicacional e o alinhamento dos colaboradores	Eficácia	3	71. Potenciar as ações comunicacionais construtivistas e sustentáveis, através da dinamização de grupos intrainstitucionais em diversas áreas	I19.71.1 Criação de um grupo de trabalho para a consolidação das respostas à imprensa (nº)	Realização	NA	1	0	1	DIC				*	
						I19.71.2 Acompanhamento aos pedidos pela Imprensa referenciada pela Direção (%)	Resultado	100%	90%	5%	100%	DIC				***	
					72. Desenvolvimento de competências na utilização das novas ferramentas comunicacionais	I19.72.1 Formação de técnicos em Comunicação e Redes sociais (nº)	Resultado	NA	2	0	3	DIC				*	
					73. Desenvolvimento da capacidade crítica de análise e leitura de diferentes repertórios e linguagens, nos mais variados suportes	I19.73.1 Criação de um grupo de trabalho para o desenvolvimento de competências (nº)	Realização	NA	1	0	1	DIC				*	
3, 4		OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos (Componente DMI)	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.5 Assegurar o acompanhamento da execução do Plano de Ação 2017-2019 e a avaliação do ciclo estratégico 2013-2016 pela Subcomissão Formação e Comunicação (n.º de relatórios)	Realização	NA	1	0	1	DMI	AO		Membros da Subcomissão		

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
3, 4		OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos (Componente DMI)	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.6 Assegurar o acompanhamento da execução do Plano de Ação 2017-2019 e a avaliação do ciclo estratégico 2013-2016 pela Subcomissão de Informação e Investigação (n.º de relatórios)	Realização	NA	1	0	1	DEI	AO		Membros da Subcomissão		

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

À Divisão de Gestão de Recursos¹¹ compete:

- a) Elaborar e gerir os mapas de pessoal do SICAD e CDT mantendo atualizado o sistema de informação de organização do Estado;
- b) Efetuar o processamento das remunerações e outros abonos, assegurar o processamento dos descontos, o controlo de assiduidade, elaborar os mapas de férias e organizar e manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores do SICAD e CDT;
- c) Executar os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público dos trabalhadores do SICAD e CDT, bem como organizar e instruir processos de nomeação e renovação de comissões de serviço de pessoal dirigente;
- d) Assegurar a receção, registo, distribuição e expedição de toda a correspondência, bem como assegurar o trabalho de reprografia e da central telefónica;
- e) Aplicar o Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 2 e 3) do SICAD e das CDT e elaborar o balanço social;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos trabalhadores do SICAD e das CDT;
- g) Elaborar, planear e gerir os orçamentos de funcionamento, de investimento e assegurar a sua execução, bem como elaborar a conta de gerência;
- h) Assegurar o cumprimento integral de todo o sistema de contabilístico imposto pelo POCP e demais legislação relacionada e assegurar o desenvolvimento das ações necessárias ao cumprimento de todas as obrigações de natureza contributiva e fiscal;
- i) No âmbito do Plano Anual de Compras (PAC) executar os procedimentos para aquisição de bens e serviços, assegurar a gestão dos bens consumíveis, preparar e executar os contratos de fornecimento de serviços;
- j) Manter atualizado o cadastro e inventário dos bens de património, assegurar as atividades de manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos, bem como atualizar as bases de dados referentes ao património (imóveis, parque automóvel, inventário);
- k) Planificar e gerir os recursos informáticos e a rede de comunicações;
- l) Apoiar os utilizadores na exploração dos sistemas informáticos;
- m) Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna;
- n) Monitorização do funcionamento dos *sites* Internet e intranet;
- o) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

Atendendo à importância crescente da área dos sistemas de informação tornou-se necessário constituir uma Equipa Multidisciplinar que englobou as atribuições referidas nas alíneas k), l), m) e n) acima mencionadas tal como consta do despacho n.º 328/2014, de 8 de janeiro, conforme adiante mencionado.

¹¹ Cf. Despacho nº 8816/2012, de 3 de julho

8.3.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 13. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos

Como tem vindo a acontecer nos anos anteriores, em 2017 a DGR procederá ao acompanhamento dos processos de avaliação de desempenho, garantindo a sua harmonização e transparência.

Com a elaboração do Plano de Formação do SICAD e CDT, almeja-se atingir uma taxa elevada de participação dos trabalhadores, no sentido de que os trabalhadores frequentem, pelo menos, uma ação de formação. Realça-se que este indicador concorre para o QUAR.

A gestão dos Recursos Humanos é desenvolvida de forma eficiente e eficaz, no que respeita à celeridade e qualidade da resposta, nomeadamente nos procedimentos concursais internos, na apresentação de relatórios internos e para o exterior, na atualização de plataformas informáticas, entre outros.

Objetivo Operacional 14. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais, numa perspetiva de melhoria contínua e prestação de contas

A DGR desenvolve as atividades inerentes ao processo de gestão de recursos financeiros, desde o seu planeamento até à sua execução, de forma a assegurar a atividade do SICAD ao nível desejado, sendo a preparação, execução e gestão criteriosa do orçamento do SICAD das ações mais relevantes desta UO.

Neste sentido, também se procede ao processamento e liquidação das despesas autorizadas sempre dentro dos prazos determinados, por forma a não haver possibilidade de dívidas/pagamentos em atraso aos fornecedores.

Na execução dos procedimentos para a aquisição de bens e serviços, a aquisição centralizada do Cloridrato de Metadona é das ações à qual é dedicada mais atenção, já que qualquer atraso poderá comprometer esta terapia de substituição nas unidades locais.

A DGR promove o desenvolvimento de procedimentos eficientes nas áreas financeira, patrimonial e energética, concorrentes para a sustentabilidade financeira e ambiental.

Também neste Objetivo Operacional a celeridade e qualidade da resposta são promovidas, nomeadamente quanto às solicitações das outras UO, incluindo as CDT, no registo e atualizações das plataformas (SIGO, GERFIP, SCEP, SIIE, SGPVE, Base.Gov), nas solicitações de entidades externas, como a DGO, a IGF, o Tribunal de Contas, entre outras.

Com o objetivo de assegurar a missão do SICAD no âmbito do PORI, promove-se a resposta imediata ao DPI, a quem compete elaborar relatórios intermédios e finais dos projetos PRI, bem como o pagamento às entidades promotoras desses de forma tempestiva, antecipando-se mesmo o pagamento relativamente ao limite de tempo contratualizado.

Encontrando-se já disponível o Manual de Procedimentos - Processamento e Pagamento de Remunerações, elaborado pela área dos Recursos Humanos em 2015, irá proceder-se em 2017 à elaboração do Manual de Procedimentos para a área financeira, possibilitando que os procedimentos desenvolvidos nesta área sejam partilhados para conhecimento de todos.

8.3.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 12	1.1 a), c), d), e); 1.2 b), c), d); 3.2 i)	OOp 4 - Promover a qualidade das respostas e intervenções, de acordo com a evidência científica e as melhores práticas identificadas	Qualidade	5	15. Avaliação da eficácia e eficiência técnico- financeira dos projetos / compromissos implementados	I4.15.4 Apuramento dos pagamentos efetuados aos projetos no âmbito do PORI para reporte ao DPI (após a solicitação da intervenção, resposta num prazo máximo de dias)	Realização	NA	2	1	4	DGR	AO	-	-	*	4.3
						I4.15.5 Pagamento às Entidades Promotoras dos projetos PRI (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	NA	3	1	5	DGR	AO	-	-	*	4.3
2, 5, 12, 13		OOp 13 – Planear, gerir e qualificar RH	Qualidade	4	50. Elaboração dos Planos de Formação do SICAD e CDT e promoção da formação	I13.50.1 Plano de Formação do SICAD e CDT (em meses)	Resultado	5	7	1	5	DGR / DMI	AO	-	-	Considerando os trabalhos necessários para elaboração do PE, PA, BS e CG, atrasaram-se os diagnósticos de necessidades com vista à elaboração deste Plano	3.7
						I13.51.1 Procedimentos concursais internos (tempo de execução das tarefas, desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Impacto	4	4	1	6	DGR	AO	-	-		4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
2, 5, 12, 13		OOp 13 – Planear, gerir e qualificar RH	Qualidade	4	51. Desenvolvimento de um Plano de Gestão Previsional de RH	I13.51.2 Relatório estatístico do Balanço Social do SICAD e das CDT (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Resultado	10	10	1	12	DGR	AO	-	ACSS / DGAEP		4.3
						I13.51.3 Atualização do sistema de informação de organização do Estado (SIOE) - (Janeiro, Abril, Julho e Outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	2	2	1	4	DGR	AO	-	-		4.3
						I13.51.4 Mapas mensais de pessoal do SICAD e das CDT e mapas de efetivos (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	2	2	1	4	DGR	AO	-	-		3.7; 4.3
					52. Potenciação da diferenciação/especialização técnica dos RH por área técnico-científica	I13.52.1 Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%) QUAR	Impacto	60%	62%	10%	73%	DGR	AO	-	-	QUAR Concorre para os I46 e I47 do PE	3.7
5, 6	5, 6	OOp 14 – Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais, numa perspetiva de melhoria contínua e prestação de contas	Eficiência	4	53. Preparação, execução e gestão do orçamento do SICAD com elaboração de relatórios trimestrais, da execução / controlo orçamental	I14.53.1 Preparação, execução e gestão do orçamento do SICAD (em meses)	Resultado	12	12	1	10	DGR	AO	-	-		4.3
					54. Processamento e liquidação das despesas autorizadas	I14.54.1 Processar e liquidar as despesas autorizadas (em meses)	Resultado	12	12	0	12	DGR	AO	-	-		4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
5, 6		OOp 14 – Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais, numa perspectiva de melhoria contínua e prestação de contas	Eficiência	4	55. Realização dos procedimentos para a aquisição de bens e serviços, nomeadamente a aquisição centralizada do cloridrato de metadona e outros procedimentos	I14.55.1 Percentagem de redução das despesas de funcionamento em relação ao orçamento corrigido	Resultado	3%	2%	1%	4%	DGR	AO	-	-	Face às cativações decorrentes da Lei do Orçamento, o orçamento é deficitário em algumas rubricas, não sendo possível proceder a maiores reduções	4.3
						I14.55.2 Registo e atualização dos contratos plurianuais no sistema SCEP) (Janeiro, Abril, Julho e Outubro). (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Resultado	15	12	1	14	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.3 Atualização mensal das plataformas relativas aos imóveis (SIIE), Parque de Veículos do Estádio (SGPVE). Prestação trimestral de 80% dos consumos energéticos. Relatórios de publicidade institucional (Janeiro, Abril, Julho e Outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Resultado	5	5	1	7	DGR	AO	-	-		4.2; 4.3
						I14.55.4 Efetuar o Plano Anual de Compras (desvio de antecipação da apresentação do documento, em n.º de dias úteis)	Resultado	5	5	1	7	DGR	AO	-	-		4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
5, 6		OOp 14 – Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais, numa perspectiva de melhoria contínua e prestação de contas	Eficiência	4	55. Realização dos procedimentos para a aquisição de bens e serviços, nomeadamente a aquisição centralizada do cloridrato de metadona e outros procedimentos	I14.55.5 Assegurar as respostas a solicitações externas de informação nas áreas de recursos humanos, económica e financeira e compras (desvio médio de antecipação da apresentação da informação, em n.º de dias úteis)	Resultado	2	2	1	4	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.6 Publicação de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços no portal BASE.GOV (desvio de antecipação de publicação, em n.º de dias úteis)	Resultado	5	5	1	7	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.7 Apoio administrativo e logístico às CDT (após a solicitação da intervenção, resposta num prazo máximo de dias)	Resultado	6	5	1	3	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.8 Preparação, elaboração e apresentação do Orçamento do SICAD para 2017 (duração dias)	Resultado	30	25	5	19	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.9 Reporte anual à Inspeção Geral das Finanças, Janeiro, das subvenções concedidas em 2016 (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Resultado	5	5	1	7	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.10 Conta de Gerência de 2016 (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Resultado	3	3	1	5	DGR	AO	-	-		4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
5, 6		OOp 14 – Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais, numa perspectiva de melhoria contínua e prestação de contas	Eficiência	4	55. Realização dos procedimentos para a aquisição de bens e serviços, nomeadamente a aquisição centralizada do cloridrato de metadona e outros procedimentos	I14.55.11 Prestação mensal de informação à DGO sobre Fundos Disponíveis, deslocações e estadas, mapas dos pagamentos em atraso, Unidade de Tesouraria, previsão mensal da receita e da despesa (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Resultado	2	2	1	4	DGR	AO	-	-		4.3
						I14.55.12 Aumentar a % de registos completos dos imóveis no SIIE (Nº com registos completos / Nº Total de Imóveis)	Resultado	NA	98%	1%	100%	DGR	AO	-	-	*	4.2; 4.3
					56. Desenvolvimento de procedimentos eficientes nas áreas financeira, patrimonial e energética concorrentes para a sustentabilidade financeira e ambiental	I14.56.1 Aumentar a eficiência energética (em %)	Resultado	NA	97%	1%	99%	DGR	AO	-	-	*	4.3

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI)

À **Divisão de Relações Internacionais**¹² compete o exercício das competências a seguir elencadas:

- a) Acompanhar a política de relações internacionais, no domínio das competências e atribuições do SICAD, assegurando a participação e promovendo a coordenação da representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da União Europeia, bem como noutros fora de âmbito internacional;
- b) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado Português, decorrentes de instrumentos internacionais, no âmbito das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- c) Assegurar a articulação permanente com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, nomeadamente através do cumprimento das suas obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências e garantindo a implementação do Acordo Anual de Subvenção REITOX;
- d) Estabelecer relações de cooperação com entidades congéneres e analisar as implicações resultantes da participação de Portugal em acordos e projetos de cooperação multilateral ou bilateral no domínio das competências e atribuições do SICAD, bem como acompanhar a sua execução;
- e) Promover a participação em programas/projetos de âmbito internacional, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que permitam o intercâmbio de boas práticas e de experiências;
- f) Promover a divulgação de projetos e boas práticas nacionais junto de outros países e organizações internacionais interessados;
- g) Promover e coordenar a resposta a questionários solicitados por organizações internacionais em matérias da competência do SICAD;
- h) Organizar, acompanhar e apoiar a visita de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal no âmbito das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

¹² Cf. Despacho nº 8816/2012, de 3 de julho

8.4.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 11. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais

Assegurar a representação nacional nas diversas instâncias da UE, do Conselho da Europa e das Nações Unidas

Em 2017, o SICAD continuará a assegurar a representação nacional nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas (GHD) – grupo transpilar do Conselho da União Europeia (UE) responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, bem como pelo intercâmbio de informações entre os Estados Membros e com países terceiros e pela coordenação das medidas adotadas na UE e fora dela. Realiza um trabalho tanto de carácter legislativo como de política geral em todos os domínios relevantes que envolvem o tema drogas. Um dos principais temas que o GHD irá discutir no decorrer deste ano será a proposta da Comissão Europeia de novo Plano de Ação da UE para o período 2017/2020. A proposta, apresentada para discussão ao Conselho e ao Parlamento Europeu e que será posteriormente objeto de aprovação final, foi elaborada com base nas conclusões da avaliação externa da presente Estratégia da UE de Luta Contra a Droga 2013-2020 e do Plano de Ação 2013/2016. Os dois Planos consecutivos de quatro anos, o que terminou em 2016 e este novo Plano, executam a Estratégia e constituem a base da política da UE neste domínio.

Por outro lado, no seguimento da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS 2016) sobre drogas, e da adoção do documento final intitulado *“Our joint commitment to effectively addressing and countering the world drug problem”*, a posição comum da União Europeia neste momento pós-UNGASS ocupará grande parte das agendas do GHD no decorrer deste ano. As discussões centrar-se-ão no processo de implementação do documento final da UNGASS, bem como no papel que os Estados Membros da UE e a própria União Europeia deverão assumir neste período até 2019, o próximo momento estratégico em matéria de política internacional de drogas.

O SICAD assegurará igualmente a representação nacional nas Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais Droga, organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da União Europeia (Malta e Estónia). Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional, a análise das possibilidades de reforço da cooperação e a discussão de temas específicos de interesse comum.

Em matéria de política de álcool, o SICAD acompanhará os trabalhos desenvolvidos no quadro da União Europeia, designadamente o *Comité de Política Nacional e Ação sobre o Alcool* (CNAPA), no qual estão representados todos os Estados-membros da UE. Este Comité tem por objetivo coordenar as políticas desenvolvidas para reduzir os efeitos nocivos do álcool a nível nacional e local, com base nas boas práticas

identificadas na Estratégia da UE para apoiar os Estados-membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool.

No contexto das Nações Unidas, o SICAD participará, como habitualmente, na sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND). A sessão deste ano celebra o sexagésimo aniversário deste órgão central das Nações Unidas responsável por decisões políticas relativas a questões relacionadas com o consumo ilícito e o tráfico de drogas. O debate este ano centrar-se-á em grande medida nas decisões que terão de ser tomadas ao longo dos próximos meses relativamente, por um lado, à implementação das recomendações do documento que foi adotado na UNGASS (*Outcome Document*) e, por outro, na continuidade do exercício de revisão sobre o progresso alcançado na implementação da Declaração Política e do Plano de Ação, ambos adotados em 2009. Dez anos passados da adoção destes dois documentos estratégicos, em 2019 terá lugar o próximo marco político com vista à adoção de uma estratégia integrada e equilibrada para enfrentar o problema mundial da droga.

Com a adoção, na 63ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde, da Estratégia Global para reduzir os efeitos nocivos do álcool foi estabelecida uma rede de parceiros nacionais (*national counterparts*) que supervisionam a implementação da Estratégia nos seus países, garantindo uma colaboração estreita e eficaz entre os Estados Membros e a Organização Mundial da Saúde (OMS/Europa). Esta rede de *national counterparts* reúne-se, por norma, uma vez por ano, promovendo a discussão técnica da implementação da Estratégia nos seus diferentes níveis. O SICAD assegurará a representação nacional na reunião a decorrer em 2017.

No âmbito das atividades do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, para além do acompanhamento regular da implementação do Programa de Trabalho 2015-2018, subordinado ao tema '*Drug policy and human rights: new trends in a globalised context*', é de assinalar a participação nacional em atividades sobre temáticas específicas, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido a nível nacional em várias vertentes.

O SICAD tem participado no grupo restrito de peritos "*Human Rights and Drug Policy*", estando prevista a apresentação, durante a reunião de Correspondentes Permanentes de maio próximo, do "*Background paper*" sobre este tema preparado por Damon Barrett, do *International Centre on Human Rights and Drug Policy, University of Essex*. Será ainda discutida pelos Correspondentes Permanentes a proposta de "*statement on bringing human rights into drug policy development, implementation and evaluation*", que acompanhará a divulgação do referido *background paper*, antes do final do ano de 2017.

Importa ainda mencionar a participação do SICAD no grupo restrito de peritos sobre "*Analysing policy coherence, costs, impact and potentially adverse effects of drug policy measures*", criado com o objetivo de analisar os custos e os efeitos das diferentes políticas não só em termos do seu impacto imediato, mas também enquanto contributo para fazer as escolhas certas e para a compreensão do retorno do investimento. O relatório elaborado pelo grupo de peritos, em fase de conclusão, servirá de base a um *Policy Paper* sobre esta temática, a adotar posteriormente pelos Correspondentes Permanentes. Do capítulo 2 do relatório, subordinado ao tema *Public Expenditure*, foi extraído um *policy paper*, a publicar pelo OEDT.

De mencionar também a participação nas atividades da rede Med-Net (*Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions*), que visa promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e a partilha de conhecimento entre os países participantes (Argélia, Chipre, Egito, França, Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Portugal e Tunísia). Em 2017, e no que releva da participação de Portugal, está prevista a participação nas duas reuniões anuais da Rede MedNET.

Ainda no âmbito do MedNET, o SICAD continuará a assegurar a representação nacional nas reuniões bianuais do Comité MedSPAD, (*Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs in Schools*), que integra os países da bacia do Mediterrâneo (Sul da Europa, Médio Oriente e Norte de África). De destacar que a reunião do segundo semestre de 2017 terá lugar em Lisboa, à margem da 2ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências permitindo assim, fruto da cooperação entre o SICAD e o Grupo Pompidou, a participação na referida Conferência dos representantes dos países da bacia do Mediterrâneo. Está ainda prevista para 2017 a atualização do relatório “*A First Glance of the Situation in the Mediterranean Region in Relation to the Prevalence of Alcohol, Tobacco and Drug use Among Adolescents*”.

Assegurar o cumprimento das obrigações enquanto ponto focal nacional da rede europeia de informação sobre toxicodependências (REITOX)

Das atividades a executar pelo SICAD em 2017, enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX, é de salientar a elaboração de dez *Workbook* mandatários sobre os seguintes temas: políticas de droga, legislação, Investigação, mercados de droga e crime, prisões, drogas, prevenção, tratamento, boas práticas, redução de riscos e de danos, enquanto contribuição nacional para o “*European Drug Report*”.

Importa ainda referir a operacionalização ao nível nacional do Mecanismo Europeu de Alerta Rápido das novas substâncias psicoativas, que tem assumido importância crescente, tendo em conta a dimensão do fenómeno das novas substâncias psicoativas e o número crescente de substâncias identificadas no contexto europeu.

O SICAD enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX promoverá a disseminação do conhecimento e das melhores práticas produzidas ao nível europeu, relevantes para os profissionais nacionais envolvidos na área da droga e da toxicodependência, através da ampla divulgação das publicações do OEDT.

Objetivo Operacional 12. Desenvolver relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral e promover a divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD

Participação em ações de cooperação e de divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD

Com o objetivo de reforçar as relações de colaboração/cooperação com os Países de Língua Portuguesa, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em 2017 o SICAD continuará a colaborar com a DGS no sentido de identificar as áreas de

cooperação a serem desenvolvidas com países terceiros, em particular com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

À semelhança do ocorrido em anos anteriores, o SICAD desenvolverá um conjunto de iniciativas com vista ao intercâmbio de experiências, e em resultado do interesse e do reconhecimento internacional que a política portuguesa em matéria de substâncias psicoativas, de comportamentos aditivos e de dependências tem suscitado, em 2017 o SICAD organizará, acompanhará e apoiará as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que visitem Portugal para conhecer *in loco* a política nacional.

Na sequência do sucesso alcançado na 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – Lisbon Addictions 2015, que se realizou em Lisboa em Setembro de 2015, terá lugar uma segunda edição desta Conferência Europeia - *Lisbon Addictions 2017*- de 24 a 26 de outubro de 2017, também em Lisboa. A Conferência será organizada pelo SICAD, em colaboração com a revista *Addiction*, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) e a *International Society of Addiction Journal Editors* - ISAJE.

Esta conferência, tal como a primeira, proporcionará um espaço único de partilha de experiências e de discussão de novos desafios, assumindo-se como um evento global e multidisciplinar, mostrando a investigação mais significativa que se faz na Europa e no mundo nas áreas das drogas ilícitas, do álcool, do tabaco, do jogo e de outros comportamentos aditivos.

No decorrer dos meses que antecedem a realização da Conferência, o SICAD coordenará os trabalhos preparatórios da mesma, quer no âmbito do *Programme Committee*, um comité criado para acompanhar e gerir a organização dos conteúdos científicos, quer no âmbito do *Organising Committee*, responsável pelos aspetos organizativos e logísticos da Conferência.

Participação em atividades no âmbito do Programa COPOLAD (Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra a Droga)

Em 2016 verificou-se o lançamento da 2ª fase do Programa de cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia em matéria de políticas de luta contra a droga (COPOLAD), que visa o reforço da troca de informação, coordenação e cooperação, entre as autoridades nacionais competentes responsáveis pelas políticas de droga nas duas regiões, contribuindo assim para melhorar a coerência e o equilíbrio das políticas em matéria de droga na América Latina e nas Caraíbas.

O SICAD integra o consórcio de países que lidera a 2ª fase do Programa e participa no Conselho Permanente, órgão com funções de aconselhamento e acompanhamento, contribuindo assim para a definição e implementação do Programa de Trabalho Anual, participando na conceção e execução das ações, incluindo a definição de objetivos e conteúdos dos diversos grupos de trabalho.

Importa referir que o SICAD terá uma participação particularmente ativa na Componente consolidação dos Observatórios Drogas, potenciando a proximidade com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência, estando prevista para o segundo semestre do corrente ano a realização, em Lisboa, da reunião anual desta componente.

Na sequência do trabalho desenvolvido desde 2011 para a definição de critérios para a acreditação dos programas de redução da procura, e que implicou um forte investimento do SICAD, tendo culminado com o lançamento, em 2015, da versão portuguesa da publicação *“Calidad y Evidencia en la Reducción de la Demanda de Drogas”*, o SICAD continuará a partilhar a sua experiência e *know-how* no âmbito da Componente de capacitação para a redução da procura de drogas.

No âmbito do programa de trabalho para 2017, o SICAD assegurará a representação nacional na 2ª Conferência Anual do COPOLAD, na 1ª Reunião Bi-regional de intercâmbio de boas práticas e na reunião da Biblioteca Ibero-americana sobre Drogas e Dependências (BIDA), uma plataforma virtual que coloca à disposição de investigadores, profissionais, decisores e público em geral, uma vasta coleção de publicações e revistas científicas especializadas em matéria de drogas e dependências.

No âmbito da RARHA, desenvolvida entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016, Ação Comum que envolveu e mobilizou 32 entidades da UE, que participaram como parceiros associados e 29 outros parceiros com o estatuto de colaboradores, representando os Estados Membros e a que se juntaram a Islândia, a Noruega e a Suíça, o SICAD foi responsável pela coordenação da RARHA (*Workpackage 1, WP1*) e assegurou, conjuntamente com outros parceiros, a coordenação da Disseminação (WP2).

Neste sentido, em 2017, o SICAD é responsável pela elaboração do Relatório Final, documento que congrega os resultados obtidos por todos os WP, com o objetivo fornecer os novos conhecimentos e ferramentas que foram produzidas no âmbito do trabalho desenvolvido na RARHA, nas três seguintes áreas:

- Monitorização dos padrões do consumo e dos efeitos nocivos do álcool;
- Linhas orientadores para o consumo de baixo risco nos países parceiros da RARHA e critérios comuns para o baixo risco;
- Boas Práticas na Europa, congregadas num *Toolkit*, ferramenta (*online* e versão impressa), para reduzir efeitos nocivos do álcool.

8.4.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Divisão de Relações Internacionais (DRI)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012; 3.1. a), b), c), g)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais	Qualidade	2	45. Representação nacional nas diversas instâncias da UE, do Conselho da Europa e das Nações Unidas	I11.45.1 Contactos com os diversos Ministérios/Serviços com intervenção em matéria de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, promovendo a adoção de uma posição nacional coordenada (n.º de Ministérios / Serviços)	Resultado	6	6	1	8	DRI	AO		MNE, AT, PJ, DGS, INFARMED, PJ, DGPI		1.10
						I11.45.2 Participar em reuniões/eventos promovidos pelas presidências em exercício do Conselho da UE, em matéria de droga e toxicodependências (n.º de relatórios sobre a participação nas reuniões / eventos)	Resultado	NA	1	0	1	DRI	AO	Conselho da UE	MNE	**	1.10
						I11.45.3 Participar em reuniões/eventos no quadro da UE, em matéria de política do álcool (n.º de relatórios sobre a participação nas reuniões / eventos)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO	Comissão Europeia	DPI	**	1.10
						I11.45.4 Participar em reuniões/eventos no contexto das Nações Unidas, que abordam a temática das drogas (n.º de relatórios sobre as participações nas reuniões / eventos)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO	UNODC	MNE, DGPI, PJ, INFARMED	*	1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012; 3.1. a), b), c), g)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais	Qualidade	2	45. Representação nacional nas diversas instâncias da UE, do Conselho da Europa e das Nações Unidas	I11.45.5 Participar em trabalhos da OMS relativos ao álcool (nº de relatórios sobre as participações nas reuniões / eventos)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO	OMS	DMI, DPI, DGS	*	1.10
						I11.45.6 Participar nas atividades da rede Med-NET do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de relatórios sobre as participações nas atividades)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Assessoria	AO/CE	Conselho da Europa	—	*	1.10
						I11.45.7 Participar nas reuniões de Correspondentes Permanentes do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de relatórios sobre as participações nas reuniões)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO	Conselho da Europa	—	*	1.10
						I11.45.8 Participar no Executive Training on Drug Policy do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (relatório sobre a participação no Training)	Resultado	NA	1	0	1	DRI	AO/CE	Conselho da Europa		*	1.10
						I11.45.9 Participar em atividades sobre temáticas específicas, no âmbito do programa de trabalho (nº de relatórios sobre as participações nas atividades)	Resultado	NA		0	1	DRI / Assessoria	AO/CE	Conselho da Europa		*	1.10
						I11.45.11 Dar resposta a todas as solicitações efetuadas no contexto das Nações Unidas (nº de solicitações/nº de respostas)	Realização	100%	100%	0%	100%	DRI	AO/CE	—	DPI, DMI, MNE, PJ, AT, DGPI, INFARMED		1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	I11.46.1 Elaborar os 10 workbooks mandatórios do "National Reporting" (nº de workbooks submetidos até 31 de outubro)	Resultado	10 (Wb)	10	0	10	DRI / DPI / DMI / EMSI / EMCAD / Assessoria	AO/CE	—	PJ, LPC, DGRSP		1.10
						I11.46.2. Preencher as tabelas estandarizadas (% de tabelas submetidas até 30 de setembro)	Realização	100%	100%	0%	100%	DRI / DPI / DMI / EMSI	AO/CE	—	PJ, LPC, INMLCF, INE		1.10
						I11.46.3 Elaborar os relatórios intermédio e final de execução financeira do Acordo de Subvenção REITOX (nº de relatórios)	Resultado	2	2	0	2	DRI / DGR	AO/CE	—	—		1.10
						I11.46.4 Elaborar os Relatórios intermédio e final de implementação dos 5 indicadores-chave do OEDT (nº de relatórios)	Resultado	2	2	0	2	DRI / DMI / DPI	AO/CE	—	INML, INE, FCSH-UNL		1.10
						I11.46.5 Participar nas reuniões de peritos dos indicadores-chave do OEDT (nº de relatórios sobre as participações nas reuniões)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / DMI / DPI	AO/CE	—	INML, INE, FCSH-UNL	*	1.10
						I11.46.6 Participar nas reuniões de responsáveis dos Pontos Focais Nacionais do OEDT (nº de relatórios sobre as participações nas reuniões)	Resultado	NA	1	0	1	DRI	AO/CE	—	—	*	1.10
						I11.46.7 Participar nas reuniões do Conselho de Administração do OEDT (nº de relatórios sobre as participações nas reuniões)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO/CE	—	—	*	1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	I11.46.8 Participar na reunião do Mecanismo de Alerta do OEDT (nº de relatórios sobre as participações nas reuniões)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / DPI	AO/CE	—	—	*	1.10
						I11.46.9 Participar na reunião da European Legal Drugs Data Base-ELDD (nº de relatórios sobre a participação na reunião)	Resultado	NA	1	0	1	DRI	AO/CE	—	—	*	1.10
						I11.46.10 Divulgar os alertas no âmbito do Mecanismo Europeu de Alerta das novas substâncias psicoativas (% de pedidos divulgados num prazo não superior a 72h)	Resultado	100%	100%	10%	90%	DRI	AO/CE	—	ARS, PJ, LPC, INFARMED, INEM, ASAE, INML, AT e ONG's/IPSS com intervenção no terreno		1.10
						I11.46.11 Elaborar os relatórios de progresso e final de implementação nacional da Decisão do Conselho 2005/387/JAI de 10 de Maio de 2005, relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas (nº de relatórios)	Resultado	2	2	0	2	DRI	AO/CE	—	LPC, INML		1.10
						I11.46.12 Dar resposta a todos os pedidos formulados no âmbito do ELDD - European Legal Database on Drugs (nº de solicitações/ nº de respostas)	Realização	100%	100%	0%	100%	DRI	AO/CE	—	INML, ANSR		1.10

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 2, 3, 4, 5, 6	3.1. d), e), f), h)	OOp 12 – Desenvolver relações de cooperação de natureza bilateral ou multilateral e promover a divulgação de boas práticas nacionais em matéria de CAD	Qualidade	2	47. Participação em ações de cooperação e de divulgação de boas práticas nacionais	I12.47.3 Promover ações de cooperação com entidades congéneres (n.º relatórios sobre as ações)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO	–	–	*	1.10
						I12.47.4 Promover a divulgação de iniciativas/boas práticas nacionais junto de outros países e fora internacionais (n.º de relatórios sobre as iniciativas/boas práticas)	Resultado	NA	1	0	1	DRI / Direção	AO	–	DPI/Assessoria	*	1.10
						I12.47.5 Organizar, acompanhar e apoiar as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal (relatório sobre as visitas realizadas)	Resultado	NA	1	0	1	DRI	AO	–	DPI, ARSLVT, CDT Lisboa, PJ	*	1.10
						I12.47.6 Organização da 2ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências (em meses)	Realização	NA	10	0	10	DRI / Direção		–	OEDT, Addiction, ISAJE	*	1.10
					48. Participação em atividades no âmbito do Programa COPOLAD (Programa de Cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a UE sobre políticas de luta contra a Droga)	I12.48.1 Participar em atividades no âmbito do Programa (relatório sobre as participações nas atividades das várias componentes do Programa)	Resultado	NA	1	0	1	DRI	CE	Comissão Europeia	Direção, DPI, DMI	*	1.10
3, 4		OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos (Componente DRI)	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.7 Assegurar o acompanhamento da execução do Plano de Ação 2017-2019 e a avaliação do ciclo estratégico 2013-2016 pela Subcomissão das Relações Internacionais e de Cooperação (n.º de relatórios)	Realização	NA	1	0	1	DRI	AO		Membros da Subcomissão		

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8.5 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)

À Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação¹³, cabe o cumprimento das seguintes atribuições:

- a) O desenvolvimento das ações necessárias à implementação do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- b) A identificação e definição das necessidades de manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), do Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS) e do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- c) A gestão e funcionamento do serviço de *Helpdesk*;
- d) A elaboração e disponibilização de relatórios semestrais ou anuais de acordo com as necessidades do Serviço;
- e) A gestão e a manutenção do parque informático e do *Data-Center* afeto à atividade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD);
- f) A colaboração na elaboração dos planos e relatórios de atividades, coligindo e sistematizando os elementos relativos à respetiva atividade;
- g) O exercício das demais ações que lhe sejam atribuídas.

8.5.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 15. Planear e gerir os recursos informáticos

Neste domínio de ação perspetiva-se a gestão, manutenção e atualização de toda a infraestrutura tecnológica em conformidade com as orientações da Tutela, o que abrange quer o *hardware* quer o *software* que suporta a atividade transversal de apoio a todos os funcionários do SICAD.

Objetivo Operacional 16. Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades

O desenvolvimento de novos sistemas, e a melhoria/manutenção dos já existentes, de suporte à atividade específica e especializada do SICAD é fundamental para a disponibilização de ferramentas de análise, controle, extração e divulgação de informação.

¹³ Cf. Despacho n. 328/2014 de 8 de janeiro

8.5.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais (Componente EMSI)	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	I11.46.2.1 Recolha e tratamento dos dados para as tabelas estandarizadas - ST9-01, ST9-02, ST24, ST34, TDI Prevalence (% = nº de tabelas enviadas à DRI até 31 de agosto/número total de tabelas a enviar à DRI pela UO X 100)	Realização	NA	100%	0	100%	EMSI	AO/CE				
7, 11		OOp 15 - Planear e gerir os recursos informáticos	Eficiência	2	57. Administração e manutenção dos sistemas de informação de utilização interna, das aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras	I15.57.1 Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna, as aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras, com um downtime inferior a (nº de horas)	Resultado	4	36	4	32	EMSI	AO	—	—	Não inclui a mudança de instalações do DataCenter **Considerando as necessidades e prioridades estipuladas para o serviço, estes valores são inferiores ao ano transato	4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
7, 11		OOp 15 - Planear e gerir os recursos informáticos	Eficiência	2	57. Administração e manutenção dos sistemas de informação de utilização interna, das aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras	I15.57.2 Migração para a Cloud do Serviço de Correio Eletrónico (em meses)	Resultado	NA	9	1	7	EMSI	AO	—	SPMS, EPE	*	
						I15.57.3 Manutenção evolutiva do parque informático (Nº Computadores substituídos)	Resultado	NA	20	3	30	EMSI	AO	—	—	**	
						I15.57.4 Instalação do windows 10 e office 2013/2016 nos computadores do SICAD e CDTs (% de computadores)	Resultado	18%	30%	5%	40%	EMSI	AO	—	—		
					58. Upgrade da solução de VOIP, Backups, Hardware e Software de acordo com as necessidades do SICAD e alinhadas com a estratégia adotada pela Tutela	I15.58.1 Upgrade da solução de VOIP (em meses)	Resultado	NA	10	1	8	EMSI	AO	—	—	**	
						I15.58.2 Instalação do 2º nó do CallManager e do Cubo nas instalações da SPMS, EPE/ARSNorte (em meses)	Resultado	NA	12	1	10	EMSI	AO	—	SPMS / ARSNorte	**	
						I15.58.3 Implementação de uma solução de backups para aumentar o tempo de retenção da informação e inclusão de mais informação (em meses)	Resultado	NA	10	1	8	EMSI	AO	—	SPMS, EPE	**	Orientações enviadas pelo MS
5, 6, 7, 11		OOOp 16 - Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades	Eficiência	5	59. Manutenção/atualização dos Sistemas em Produção: Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP), Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics (SIMBA)	I16.59.1 Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar - SIM (nº de entradas em produção com alterações)	Resultado	4	2	1	4	EMSI	AO	—	—		3.5

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017- 2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
5, 6, 7, 11		OOp 16 - Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades	Eficiência	5	59. Manutenção/atualização dos Sistemas em Produção: Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP), Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics (SIMBA)	I16.59.2. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação de Gestão Processual - SGIP (nº de entradas em produção com alterações)	Resultado	2	1	0	1	EMSI / EMCAD	AO	-	-	**Considera ndo as necessidades e prioridades estipuladas para o serviço, estes valores são inferiores ao ano transato	3.5
						I16.59.3 Manutenção do Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics (SIMBA) (nº de relatórios novos criados) QUAR	Resultado	6	4	1	6	EMSI	AO	-	-	QUAR	3.5; 4.3
					60. Manutenção dos Sites Institucionais	I16.60.1 Reestruturação do site: "Tu-alinhas.pt" (nº ações)	Resultado	1 (2015)	1	0	1	EMSI	AO	-	MS	Orientações enviadas pelo MS	1.8
					61. Implementação de um Sistema de Informação de Apoio a Gestão Estratégica (Balanced Scorecard)	I16.61.1 Implementação de um Sistema de Informação de Apoio a Gestão Estratégica (Balanced Scorecard) (em meses)	Resultado	NA	8	1	6	EMSI / DPI	AO	-	-	*	4.3
					62. Implementação da Medida 134 Simplex+ Informação clínica integrada nos CAD e, da medida Simplex - Referenciação eletrónica na Rede de Referenciação/Articulação no âmbito dos CAD	I16.62.1 Desenvolvimento de processos no Sistema de Informação Multidisciplinar – SIM, com o objetivo da criação da rede referenciação (nº de ações)	Resultado	NA	1	0	1	EMSI / DPI	AO	SPMS, EPE	DPI	* Este Objetivo irá ser iniciado em 2017, contudo a sua implementaç ão está prevista até Junho de 2018	3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9;4. 1

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017- 2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
5, 6, 7, 11		OOp 16 - Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades	Eficiência	5	62. Implementação da Medida 134 Simplex+ Informação clínica integrada nos CAD e, da medida Simplex - Referenciação eletrônica na Rede de Referenciação/Articulação no âmbito dos CAD	I16.62.2 Desenvolvimento de processos para a implementação da plataforma para gestão de contratos de Convenção (nº de ações)	Resultado	NA	1	0	2	EMSI / DIT	AO	–	–	*	4.1
						I16.62.3 Desenvolvimento de processos para a implementação da plataforma gestão de Entidades Convencionadas (nº de ações)	Resultado	NA	1	0	2	EMSI / DIT	AO	–	MS	* Orientações enviadas pelo MS	4.1
					63. Implementação de soluções que permitam a desmaterialização (gestão documental, fax to mail, SIPAFS, adaptação do atuais sistemas informação em exploração)	I16.63.1 Desmaterialização (gestão documental, fax to mail, etc) (nº ações)	Resultado	NA	1	0	1	EMSI	AO	–	–	*	4.3
						I16.63.2 Proposta da atualização da plataforma SIPAFS no âmbito dos concursos do PORI (em meses)	Realização	NA	10	1	8	EMSI / DPI			SIPAFS	*	4.3

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8.6. Equipa Multidisciplinar para a Coordenação¹⁴ na Área da Dissuasão (EMCAD)

À Equipa Multidisciplinar para a Coordenação na Área da Dissuasão compete o exercício das seguintes competências, definidas nas alíneas a) a i) do Despacho n.º 1733/17 de 23 de fevereiro:

- a) Coordenar as atividades desenvolvidas pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), no âmbito da operacionalização da Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, mediante a criação de instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação;
- b) Implementar uma metodologia de intervenção baseada no conhecimento técnico -científico, que potencie as competências das equipas técnicas das CDT e harmonize práticas e procedimentos entre as CDT, contribuindo para uma efetiva dissuasão dos comportamentos aditivos e dependências;
- c) Apoiar o funcionamento das CDT no desenvolvimento das suas atribuições definidas pelo Decreto - Lei n.º 130 -A/2001, de 23 de abril;
- d) Elaborar orientações tendo em vista a harmonização técnico-normativa da intervenção em Dissuasão e das práticas e procedimentos inerentes à atividade das CDT;
- e) Dinamizar e orientar a articulação institucional interna ou externa ao SICAD, na área da Dissuasão;
- f) Gerir o Sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP) dos processos de contraordenação por consumo de drogas, ao abrigo da Portaria n.º 604/2001, de 12 de junho;
- g) Prestar apoio ao Coordenador Nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, no âmbito da Subcomissão da Dissuasão: elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- h) Apoiar a Direção e representar o SICAD em matéria de dissuasão;
- i) O exercício das demais ações que lhe sejam atribuídas.

8.6.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 17. Coordenar e Apoiar o funcionamento das CDT

O posicionamento estratégico do SICAD para área da Dissuasão, assinalando a entrada num novo ciclo de ação 2017-2019, prevê como áreas prioritárias de investimento: o **fortalecimento do sistema de planeamento, monitorização e avaliação da atividade das CDT**, através da monitorização rigorosa e sistemática das intervenções, apostando numa estratégia de monitorização e balanço semestral das atividades; a **consolidação do processo de harmonização de práticas entre as CDT**, através da produção e disseminação de orientações de procedimento, que permitirão assegurar a equidade e eficácia na resposta ao cidadão; o **investimento na qualidade do apoio prestado às CDT**, contribuindo para a melhoria de desempenho na operacionalização da Lei, através do incentivo às boas práticas, da criação de instrumentos de apoio ao funcionamento e da promoção e divulgação da intervenção neste domínio; e o **acompanhamento e monitorização do sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP)**, apostando na orientação e uniformização

¹⁴ Cf. Despacho n.º 1733/2017, de 23 de fevereiro

de conceitos tendo em vista maior eficácia e eficiência ao nível da recolha de dados, da análise e reporte da informação, fundamental à produção de conhecimento em matéria de Dissuasão.

Objetivo Operacional 18. Promover o Modelo de Intervenção em Dissuasão

Na sucessão do trabalho desenvolvido no anterior ciclo e materializando as atuais orientações estratégicas do SICAD, a EMCAD priorizará o potencial interventivo das CDT enquanto foco de investimento da sua atividade. A aposta na **promoção do modelo de intervenção em Dissuasão**, suportada em intervenções de qualidade e em pressupostos técnico-científicos válidos, permitirá fortalecer a identidade e desígnio das CDT, amplificando o seu universo de ação com vista à melhoria e eficácia das intervenções.

Considerando a relevância dos resultados alcançados nos últimos anos neste domínio, pretende-se o aperfeiçoamento da abordagem dissuasora, procurando maior justiça e equidade nacional na aplicação da Lei. A avaliação da qualidade das respostas destes serviços, na ótica do cidadão que as recebe, permitirá crescer em resultados e em eficácia. A **promoção da qualidade das intervenções em Dissuasão**, implicará a continuidade de um trabalho de melhoria contínua, focado na monitorização, acompanhamento e avaliação da implementação das Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão (LOID). Este instrumento metodológico de suporte à intervenção das CDT, com enfoque na avaliação dos indiciados e em intervenções breves e motivacionais promotoras de mudança, constitui uma mais-valia na identificação precoce de situações de risco. A qualidade das intervenções passará igualmente pela **promoção de novas metodologias de intervenção**, que potenciem a competências das equipas das CDT e confirmem robustez ao propósito da sua existência: a dissuasão dos consumos. Finalmente, o destaque na **dinamização e reforço da articulação com os stakeholders**, com vista ao alinhamento estratégico das intervenções, traduzido num incremento de processos de contraordenação (com especial enfoque na identificação precoce) e num maior investimento ao nível da referenciação para as estruturas da comunidade. Pretende-se que 2017 assinale o início de um ciclo de expansão estratégica ao nível da articulação interinstitucional, diagnosticando áreas lacunares de articulação e estabelecendo novos circuitos de cooperação, onde o princípio da centralidade no cidadão, traduzir-se-á em ganhos em saúde.

8.6.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão (EMCAD)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais (Componente EMCAD)	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	I11.46.1.4 Produção de suporte informativo na área da dissuasão para o workbook Enquadramento Legal (nº de workbooks enviados à DRI até 30 de setembro)	Realização	NA	1	0	1	EMCAD	AO/CE	—			
2, 4, 7, 10, 11		OOOp 17 - Coordenar e Apoiar o funcionamento das CDT	Eficiência	4	64. Planeamento, monitorização e avaliação da atividade e funcionamento das CDT	I17.64.1 Planear a intervenção das CDT enquanto unidades promotoras da redução dos comportamentos aditivos e das dependências (nº de documentos produzidos)	Resultado	NA	1	0	2	EMCAD	AO	—	—	*	1.5
						I17.64.2 Manutenção de um sistema de monitorização semestral da atividade das CDT (nº de relatórios de monitorização semestral divulgados)	Resultado	1 (2016)	1	0	2	EMCAD / EMSI	AO	—	—		
						I17.64.3 Avaliação do funcionamento e atividade das CDT (nº relatórios de atividade divulgados)	Resultado	1 (2016)	1	0	2	EMCAD	AO	—	CDT	*	4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
2, 4, 7, 10, 11		OOp 17 - Coordenar e Apoiar o funcionamento das CDT	Eficiência	4	65. Sistematização e harmonização de práticas e procedimentos entre CDT	I17.65.1 Harmonização do funcionamento e atividade das CDT tendo em vista a equidade das respostas (nº de orientações de procedimento disseminadas) QUAR	Resultado	NA	5	1	7	EMCAD	AO	—	—	* QUAR	4.3
						I17.65.2 Desenvolvimento de instrumentos de registo, monitorização e sistematização de outras dimensões da atividade das CDT (nº de instrumentos criados)	Realização	NA	1	0	2	EMCAD	AO	—	—	*	
					66. Apoio ao funcionamento das CDT no desenvolvimento das suas atribuições	I17.66.1 Assegurar o apoio à atividade das CDT contribuindo para a melhoria das intervenções na operacionalização da Lei (nº de solicitações/nº de respostas)	Resultado	NA	95%	0%	100%	EMCAD	AO	—	—	*	
						I17.66.2 Contribuição para a promoção e divulgação da atividade e intervenção em Dissuasão (nº de materiais informativos produzidos/nº de ações de divulgação)	Resultado	NA	1	0	2	EMCAD	AO	—	—	*	1.6
						I17.66.3 Criação de instrumentos de registo e monitorização do grau de apoio prestado pela EMCAD (nº de documentos disseminados)	Resultado	NA	1	0	2	EMCAD	AO	—	—	*	4.3
					67. Acompanhamento e monitorização do Sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP)	I17.67.1 Apoio, orientação e uniformização de conceitos na utilização do SGIP (nº de orientações disseminadas)	Resultado	4 (2016)	3	1	5	EMCAD	AO	—	—		4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
						I17.67.2 Eliminação da informação processual ao abrigo da Lei 30/2000 (% de informação mensal eliminada)	Resultado	100% (2016)	90%	5%	100%	EMCAD	AO	–	–		4.3
2, 4, 7, 10, 11		OOp 17 - Coordenar e Apoiar o funcionamento das CDT	Eficiência	4	68. Promoção da qualidade das intervenções em dissuasão no âmbito da operacionalização da Lei 30/2000	I18.68.1 Monitorização e avaliação do modelo de intervenção em Dissuasão (nº de relatórios de avaliação divulgados) QUAR	Resultado	2 (2016)	2	1	4	EMCAD			CDT	QUAR	1.10
						I18.68.2 Criação de instrumentos para a avaliação do grau de satisfação dos indiciados em relação à intervenção em dissuasão (nº de documentos)	Resultado	NA	1	0	2	EMCAD			CDT	*	
					69. Implementação de metodologias de intervenção baseadas em conhecimento técnico científico que potencie as competências das equipas	I18.69.1 Implementação de um estudo sobre a eficácia das Intervenções Breves e da aplicação do ASSIST nas CDT (criação de um grupo de trabalho)	Resultado	NA	1	0	2	EMCAD			CDT	*	1.6; 1.10
					70. Dinamização e reforço da articulação com os SH na área da Dissuasão	I18.70.1 Estabelecimento de protocolos e acordos que contribuam para a agilização e melhoria da qualidade das intervenções em matéria de Dissuasão (nº de novos protocolos / acordos celebrados)	Resultado	44 (2016)	15	5	20	EMCAD / CDT				***	1.6; 1.7
						I18.70.2 Desenvolvimento de ações de articulação com os SH estratégicos (nº de ações desenvolvidas)	Resultado	NA	50	10	70	EMCAD / CDT				*	1.6; 1.7
						I18.70.3 Realização de diagnóstico de necessidades na articulação com os SH estratégicos (nº de documentos)	Resultado	NA	1	0	2	EMCAD				*	

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
3, 4		OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos (Componente EMCAD)	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.8 Assegurar o acompanhamento da execução do Plano de Ação 2017-2019 e a avaliação do ciclo estratégico 2013-2016 pela Subcomissão da Dissuasão das Toxicodependências (n.º de relatórios)	Realização	NA	1	0	1	EMCAD	AO		Membros da Subcomissão		

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8.7. Assessoria ao Coordenador Nacional (ACN)

De entre as atribuições do SICAD, a alínea a) do n.º 1 do art.º 2º determina a de *“apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação”*.

Sendo o Diretor-Geral do SICAD, por inerência, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, compete à Assessoria do Coordenador Nacional apoiar o Coordenador Nacional e Diretor-Geral no desempenho das funções que lhe estão atribuídas pelos artigos 7º a 10º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de Abril, designadamente no que respeita ao dispositivo da coordenação interministerial, bem como pela alínea a) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro.

Essas funções incluem a presidência da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, da Subcomissão de Acompanhamento e Avaliação e a coordenação das Subcomissões, dispositivo integrado, respetivamente, pelos representantes dos Ministros representados no Conselho Interministerial, e pelos organismos com competência na área da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool.

Junto do SICAD funciona ainda o Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, integrado por representantes de órgãos de soberania e por representantes da sociedade civil, cuja presidência, atribuída ao Primeiro-Ministro (com competência delegada no membro do Governo responsável pela coordenação das políticas relacionadas com a droga, as toxicodependências e o uso nocivo do álcool) é geralmente assegurada pelo Coordenador Nacional.

Todo o relacionamento com os representantes destes órgãos colegiais é assegurado pelo SICAD.

Uma vez que o “membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação” exerce funções supletivas “em tudo o que não esteja especialmente cometido ao Conselho Interministerial” o SICAD tem especiais responsabilidades no desempenho de indicações expressas pela Tutela relacionadas com a conceção, execução e coordenação interministerial da política nacional em matéria de Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

8.7.1. SÍNTESE DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ÂMBITO DE CADA OBJETIVO OPERACIONAL

Objetivo Operacional 20. Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respectivos Planos de Ação

No âmbito deste objetivo em 2017 destacam-se as seguintes ações a desenvolver:

- Acompanhar e avaliar a execução do PNRCAD 2013-2020 e do PARCAD 2013-2016 e a elaboração do PARCAD 2017-2020 no âmbito da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool;
- Assegurar a participação da sociedade civil na no acompanhamento e avaliação do PNRCAD 2013-2020, do PARCAD 2013-2016 e na elaboração do PARCAD 2017-2020 no âmbito do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool;
- Assegurar a coordenação do acompanhamento e avaliação do Plano Nacional e dos respectivos Planos de Ação no âmbito da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação da CT do CIPDTUNA;
- Elaboração Relatório de Avaliação do PARCAD 2013-2016 e a proposta de PARCAD 2017-2020.

8.7.2. FICHA DE ATIVIDADES 2017

- Assessoria ao Coordenador Nacional (ACN)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 11 - Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional no domínio dos CAD e reforçar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas diversas instâncias europeias, internacionais e regionais (Componente ACN)	Qualidade	2	46. Cumprimento das obrigações enquanto Ponto Focal Nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX)	I11.46.1.3 Produção de suporte de informação para o workbook Políticas de droga (n.º de workbooks enviados à DRI até 30 de setembro)	Realização	NA	1	0	1	ACN	AO/CE	—			
3, 4	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.1 Acompanhar e avaliar a execução do PNRCAD 2013-2020 e do PARCAD 2013-2016 e a elaboração do PAARCAD 2017-2020 no âmbito da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool	Realização	NA	2	1	4	ACN			Entidades representadas na CTCIPDTUNA	*	1.1 a 1.14; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1 a 3.5; 3.8; 3.9; 4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
3, 4	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.2 Assegurar a participação da sociedade civil no acompanhamento e na avaliação do PNRCAD 2013-2020, do PARCAD 2013-2016 e na elaboração do PARCAD 2017-2020 no âmbito do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool (n.º de reuniões)	Realização	NA	2	1	4	ACN			Entidades representadas no CNPDTUNA	*	1.1 a 1.14; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1 a 3.5; 3.8; 3.9; 4.3
						I20.75.3 Assegurar a coordenação do acompanhamento e avaliação do Plano Nacional e dos respetivos Planos de Ação no âmbito da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação da CT do CIPDTUNA (n.º relatórios)	Realização	NA	1	0	1	ACN			Entidades representadas na CAA da CTCIPDTUNA	*	1.1 a 1.14; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1 a 3.5; 3.8; 3.9; 4.3

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O) (inscrito no PE 2017-2019 e no PA 2017)	Parâmetro do Objetivo Operacional	N.º de Iniciativas por Oop	Iniciativas (Inscritas no PE 2017-2019)	Indicadores PA 2017	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2017 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no orçamento (O)	Eventuais dependências	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as ações estratégicas do MS (O)
						I20.75.9 Relatório de Avaliação do PARCAD 2013-2016 (em meses)	Resultado	NA	4	1	6	ACN			Subcomissões da CTCIPDTUNA	*	1.1 a 1.14; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1 a 3.5; 3.8; 3.9; 4.3
3, 4	Despacho n.º 8816/2012 3.1. c)	OOp 20 – Assegurar o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional para a Redução dos CAD 2013-2020 e dos respetivos Planos de Ação e de Outros Planos	Eficácia	2	75. Planeamento, monitorização e avaliação da execução dos Planos	I20.75.10 Proposta de PARCAD 2017-2020 (em meses)	Resultado	NA	10	1	12	ACN			Entidades representadas na CTCIPDTUNA, no CNPDTUNA e nas Subcomissões da CTCIPDTUNA	*	1.1 a 1.14; 2.3; 2.8; 2.9; 2.11; 3.1 a 3.5; 3.8; 3.9; 4.3

* Novo indicador | ** Sem valor prévio por mudança de métrica | *** Considerando as necessidades e prioridades para 2017, a meta é inferior ao valor histórico de 2016

8. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2017

Os objetivos estratégicos definidos no PE 2017-2019 são transversais aos planos anuais, tendo a Direção do SICAD optado por destacar em QUAR aqueles que se revestem de maior pertinência e acuidade para 2017.

Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) – SIADAP 1 – Ministério da Saúde



Ministério da Saúde

ANO: 2017

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

MISSÃO DO ORGANISMO

O SICAD tem como missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos, a diminuição das dependências.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

- OE 1 Reforçar a partilha e transmissão da informação e do conhecimento
- OE 2 Potenciar a qualidade das intervenções
- OE 3 Apoiar a coordenação nacional e assegurar as relações internacionais e a cooperação
- OE 4 Potenciar a articulação e cooperação entre os SH estratégicos
- OE 5 Otimizar recursos e garantir a sustentabilidade financeira
- OE 6 Estabelecer as medidas de colaboração com o PNS
- OE 7 Otimizar a qualidade dos dados e a eficiência no processamento da informação
- OE 8 Desenvolver linhas de investigação prioritárias
- OE 9 Desenvolver processos que sustentem decisões baseadas na evidência e nas melhores práticas
- OE 10 Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção
- OE 11 Promover a integração e a permanente atualização dos sistemas e infraestrutura tecnológica
- OE 12 Qualificar os RH
- OE 13 Reforçar as competências de comunicação e o alinhamento dos colaboradores

OBJECTIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA														30,0%	
OOp2: Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos (OE2 e OE4 em PE) R														50,0%	
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I2.7.3	Projetos cofinanciados e acompanhados no âmbito do PORI (nº)					78	78	2	81	50%					
I2.10.1	Desenvolvimento de documento de enquadramento conceptual sobre o jogo responsável (em meses)					NA	11	1	9	50%					
OOp3: Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos CAD através de uma rede de respostas em saúde (OE2, OE4 e OE11 em PE) R														25%	
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I3.14.1	Desenvolvimento de metodologias de rastreio no âmbito da problemática do jogo e dos PLA (em meses)					NA	10	1	8	100%					
OOp7: Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento (OE1 e OE10 em PE) R														25%	
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I7.35.4	Dinamização do Plano de Formação (nº de cursos)					12	5	1	7	100%					

EFICIÊNCIA													10%		
OOp16: Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades (OE5, OE7 e OE11 em PE)													30%		
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I16.59.3	Manutenção do sistema de informação multidisciplinar - business analytics (SIMBA) (nº de relatórios novos criados)				4	4	1	6	100%						
OOp17: Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (OE4 e OE11 em PE) R													70%		
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I17.65.1	Harmonização do funcionamento e atividade das CDT tendo em vista a equidade das respostas (nº de orientações de procedimentos disseminadas)				NA	5	1	7	100%						
QUALIDADE													60%		
OOp1: Desenvolver LO técnicas e normativas para a intervenção em CAD (OE2, OE9 e OE10 em PE)													20%		
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I1.2.1	Conclusão de projeto de investigação para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (em meses)				NA	9	1	7	100%						
OOp6: Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD (OE1 e OE3 em PE) R													50%		
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I6.25.1	Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodpendência - 2016 (nº)				1	1	0	1	33,4%						
I6.25.2	Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Alcool - 2016 (nº)				1	1	0	1	33,4%						
I6.26.2	Relatório do IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal/2016-17 (nº)	1				1	0	1	33,2%						
OOp13: Planear, Gerir e Qualificar RH (OE5 e OE12 em PE) R													15%		
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I13.52.1	Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma acção de formação (%)				60%	62%	10%	73%	100%						
OOp18: Promover um Modelo de intervenção em Dissuasão (OE1, OE2, OE4, OE9 e OE 10 em PE) R													15%		
INDICADORES		2012	2013	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor crítico	Peso	Mês Análise	Resultado	Controlo da Taxa de realização	Taxa de Realização	Classificação
I18.68.1	Monitorização e avaliação do modelo de intervenção em Dissuasão (nº de relatórios de avaliação divulgados)				2	2	1	4	100%						
OE = Objetivo Estratégico; OOp = Objetivo Operacional; R = Relevante; E = Estimativa; NA = Não Aplicável; ND = Não Disponível; F = Apuramento Final.															
JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS															
A preencher nas fases de monitorização e avaliação anual final.															
TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS															
													PLANEADO %	EXECUTADO %	
EFICÁCIA													30%		
OOp2	Promover o desenvolvimento, acompanhamento, monitorização e avaliação de programas e intervenções eficazes em CAD, em contextos específicos													50	
OOp3	Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos CAD através de uma rede de respostas em saúde													25	
OOp7	Potenciar a partilha e transmissão efetiva da informação e do conhecimento													25	
EFICIÊNCIA													10%		
OOp16	Manter, desenvolver e atualizar as soluções em SI em função das necessidades													30	
OOp17	Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT													70	
QUALIDADE													60%		
OOp1	Desenvolver LO técnicas e normativas para a intervenção em CAD													20	
OOp6	Disponibilizar informação nacional em matéria de substâncias psicoativas e CAD													50	
OOp13	Planear, Gerir e Qualificar RH													15	
OOp18	Promover um Modelo de intervenção em Dissuasão													15	
Taxa de Realização Global													100%	0%	

RECURSOS HUMANOS - 2016											
DESIGNAÇÃO	EFETIVOS (E) 31-12-2016			EFETIVOS (F) 31-12-2016			PONTUAÇÃO	RH PLANEADOS	DESVIO	DESVIO EM %	
Dirigentes - Direção Superior	2						20	40	0	-40,00	
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa	10						16	160	0	-160,00	
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)	82						12	984	0	-984,00	
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)	1						10	10	0	-10,00	
Técnicos de Informática	6						10	60	0	-60,00	
Assistentes Técnicos	44						8	352	0	-352,00	
Assistentes Operacionais	2						5	10	0	-10,00	
Outros, especifique								0	0	0,00	
Médicos	1						12	12	0	-12,00	
Enfermeiros (Inclui TSS)	4						12	48	0	-48,00	
Membros das CDT	32						16	512	0	-512,00	
Encarregados Pessoal Auxiliar - carreira subsistente	1						5	5	0		
Totais	185							2 188	0	-2 188	

Efetivos no Organismo	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31-12-2014	31-12-2015 (E)
Nº de efetivos a exercer funções			1810		1821	1760	1608	IDT - 1540*	181	171	174
								SICAD - 216			

* Até 31.12.2012 não tinha sido declarada a extinção do IDT, IP, tendo a organização continuado a funcionar com os Serviços Centrais e Delegações Regionais até à declaração de extinção ocorrida com efeitos a 31 de Dezembro de 2012, publicada em Diário da República em 7 de Janeiro de 2013 (Despacho nº 251/2013).

RECURSOS FINANCEIROS - 2017 (Euros)						
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO(*)	ORÇAMENTO EXECUTADO	DESVIO	DESVIO EM %	
Orçamento de Funcionamento	17 158 656 €	15 196 560 €		-15196560	100%	
Despesas com Pessoal	5 522 927 €	5 522 927 €		-5522927	100%	
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	4 857 972 €	2 917 754 €		-2917754	100%	
Outras Despesas Correntes e de Capital	277 757 €	255 879 €		-255879	100%	
Transferências Correntes-Projetos	6 500 000 €	6 500 000 €		-6500000	100%	
PIDDAC	0 €	0 €		0		
Outros Valores	0 €	0 €		0		
Reserva	27 128 €	0 €		0		
* Após cativos e reserva, de acordo com Lei do Orçamento para 2017 e Decreto-lei de execução Orçamental				0		
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	17 185 784 €	15 196 560 €	0	-30393120		

INDICADORES		FONTES DE VERIFICAÇÃO	
12.7.3	Projetos cofinanciados e acompanhados no âmbito do PORI	Nº de projetos com contrato assinado e acompanhamento em curso no âmbito da medida PORI	
12.10.1	Desenvolvimento de documento de enquadramento conceptual sobre o jogo responsável	Documento final	
13.14.1	Desenvolvimento de metodologias de rastreio no âmbito da problemática do jogo e dos PLA	Metodologias de rastreio desenvolvidas	
17.35.4	Dinamização do Plano de Formação	Nº de cursos ministrados	
16.59.3	Manutenção do sistema de informação multidisciplinar - business analytics (SIM-BA) (nº de relatórios novos criados)	Nº de relatórios novos criados	
17.65.1	Harmonização do funcionamento e atividade das CDT tendo em vista a equidade das respostas (nº de orientações de procedimentos disseminadas)	Nº de orientações de procedimentos disseminadas	
11.2.1	Conclusão de projeto de investigação para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (em meses)	Documento final da elaboração do projeto	
16.25.1	Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicod dependência - 2016	Documento final	
16.25.2	Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool - 2016	Documento final	
16.26.2	Relatório do IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal/2016-17	Documento final	
113.52.1	Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma acção de formação	Percentagem de trabalhadores participantes	
118.68.1	Monitorização e avaliação do modelo de intervenção em Dissuasão	Nº de relatórios de avaliação divulgados	

9. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

Em paralelo com a execução do Plano de Atividades e em conformidade com o preconizado no âmbito do SIADAP 1, realizar-se-á:

- A monitorização semestral do QUAR, que permitirá acompanhar o grau de concretização dos objetivos estratégicos. Serão desenvolvidos instrumentos que permitirão a recolha e tratamento da informação necessária, realizadas reuniões de acompanhamento e elaborado um relatório onde conste a análise dos resultados, dos desvios, e caso se justifique, a identificação de alterações a introduzir.
- A apresentação do Relatório Anual de Atividades, onde o grau de concretização das ações previstas e o nível de alcance dos objetivos definidos serão apresentados, com as respetivas descrições e fundamentos para eventuais desvios identificados. O modelo de monitorização do Plano Estratégico e do Plano de Atividades já empreendido nos anos anteriores será objeto de aperfeiçoamento.

10. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

10.1. RECURSOS HUMANOS

A 31 de Dezembro de 2016, o SICAD e as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) contavam com 167 trabalhadores. No que se refere à distribuição, o SICAD tinha 84 profissionais e as CDT, 83 profissionais.

Em relação ao ano anterior, em 2016 verifica-se uma redução de 1,18% a que corresponde um total de 2 profissionais, logo, denunciando uma certa tendência de diminuição de trabalhadores, tal como verificado no gráfico infra.

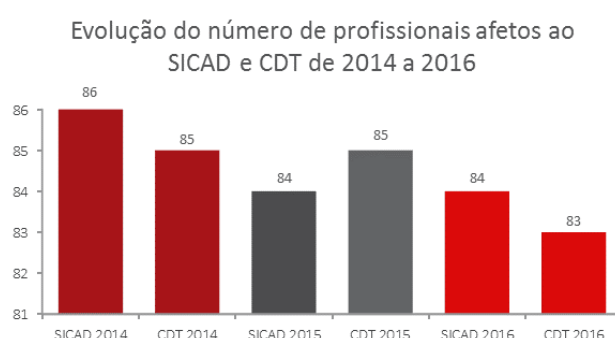
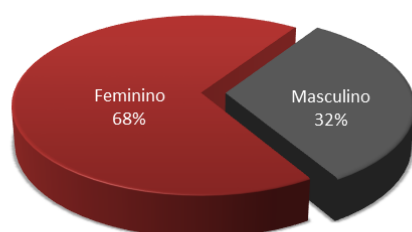


Gráfico 1 - Evolução do número de profissionais afetos ao SICAD e CDT entre 2014 e 2016

Há um predomínio evidente de funcionários do género feminino. No que respeita à estrutura etária, os efetivos do SICAD situam-se entre os 30 e os 69 anos. O escalão etário que regista maior número de profissionais é o dos 40 aos 44 anos (27%) e cerca de 56% dos profissionais têm idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos.

Caracterização por Género



Caracterização por Escalão Etário

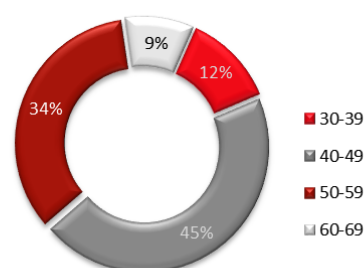


Gráfico 2 - Caracterização por género e escalão etário dos profissionais

Distribuição dos profissionais do SICAD e CDT por carreira



Gráfico 3 - Distribuição dos profissionais por carreira profissional

O SICAD dispõe de um conjunto de profissionais em que a maioria tem menos de 50 anos e formação superior. A conjugação destas características, associadas à experiência profissional especializada no âmbito das atribuições do SICAD, revela um potencial relevante de concretização, de dinamismo, inovação e criatividade.

10.2. RECURSOS FINANCEIROS

No âmbito da elaboração do Orçamento para o ano 2016, o SICAD efetuou uma previsão no montante de 19.200.031,00€, o qual foi aprovado pela tutela. Após efetuados os cativos de 1.865.316,00€, foi apurado um valor disponível de 17.334.715,00€.

A execução deste orçamento foi de 14.216.772,18€, em função dos limites orçamentais aprovados e também da realização da receita dentro desses mesmos limites.

O orçamento total aprovado para o ano 2016 foi no montante de 17.334.715,00€, sendo o *plafond* de Orçamento de Estado aprovado de 7.208.588,00€, correspondendo a 42% do total, e o de receitas próprias de 10.126.127€, equivalendo a 58% do total.

Relativamente ao orçamento aprovado de receitas próprias, no valor total de 10.126.127,00€, o mesmo sofreu uma cativação e uma reserva de 2,5%, no montante de 445.754,00€, nos termos da Lei nº7-A/2016, de 30/03. Estas receitas têm como proveniência Jogo Sociais; Fundo Social Europeu e Outras Receitas (Tribunais e outras coimas).

Considerando que nem toda a receita própria orçamentada foi cobrada, e que a cobrada além do orçamento não pode ser utilizada, o valor final disponível foi de 7.008.184,18€ conforme consta da coluna 2, da tabela seguinte.

	OE Aprovado c/ Reserva	OE Disponível c/reserva	%
Subsídio de Exploração - OE	7.208.588,00 €	7.208.588,00 €	51%
Subtotal	7.208.588,00 €	7.208.588,00 €	51%
Receita Própria			
Jogos Sociais	9.203.288,00 €	6.350.000,00 €	45%
Outras Receitas	639.384,00 €	471.043,66 €	3%
Projetos Comunitários	283.455,00 €	187.140,52 €	1%
SubTotal	10.126.127,00 €	7.008.184,18 €	49%
TOTAL	17.334.715,00 €	14.216.722,18 €	100%

Tabela 6 - Orçamento aprovado Vs Orçamento disponível para o ano 2016

Os encargos com funcionamento representam 64% da execução orçamental de 2016, sendo 40% com despesas com pessoal, 16% com aquisições de bens e serviços, 9% com outras despesas correntes e 36% com os projetos cofinanciados pelo SICAD, nos termos da Portaria 27/2013, de 24 de janeiro (no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas, PORI).

Orçamento de Despesa (Execução)	€	%
Encargos C/Pessoal	5.051.360,00 €	40%
Encargos C/Aquisição de Bens e Serviços	1.980.028,00 €	16%
Outras Despesas correntes	1.152.291,00 €	9%
Subtotal (1)	8.183.679,00 €	64%
Projetos	4.589.030,00 €	36%
Subtotal (2)	4.589.030,00 €	36%
TOTAL (3)=(1)+(2)	12.772.709,00 €	100%

Tabela 7 - Execução por grandes rubricas da despesa

A previsão de recursos financeiros para o ano de 2017 ascende aos 17.185.784€ que, com as cativações decorrentes da Lei do Orçamento do Estado (LOE), resultará num valor final de 15.196.560€

A Receita tem uma componente de 47% da LOE e de receitas próprias na ordem dos 45%, provenientes dos Jogos Sociais¹⁵ (43%); dos valores de tribunais sob a forma de recompensas, objetos, direitos ou vantagens¹⁶ e valores de coima¹⁷ (2%); e ainda 7% de fundos comunitários.

A receita dos Jogos Sociais pretende fazer face aos encargos com a atribuição de subsídios a estruturas que, no âmbito do PORI, intervêm em múltiplos domínios de CAD (97,3%)¹⁸; como, também, ao pagamento às farmácias no âmbito do Programa Troca de Seringas (2,7%)¹⁹.

¹⁵ Nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2016, de 15 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de Março e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de Novembro.

¹⁶ Previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/1993, de 22 de Janeiro.

¹⁷ Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 930/2000, de 29 de Novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro.

¹⁸ Decreto-Lei N.º 186/2006, de 12 Setembro, Decreto-Lei n.º 183/2001, 21 de Junho, Portaria n.º 27/2013, de 24 de Janeiro, Portaria n.º 258/2013, de 13 de Agosto e Portaria 748/2007, de 25/06.

¹⁹ Portaria n.º 301-A/2016, de 30 de Novembro.

Conforme informação constante do gráfico seguinte, a previsão com encargos com pessoal ascende no ano de 2017 ao montante de 5.522.927€, a aquisição de bens e serviços representa 19% do orçamento anual (2.917.754€/ano) e as outras despesas correntes e de capital situam-se nos 255.879€ (2%). De salientar que os encargos com projetos do PORI situam-se em cerca de 6.500.000€ (43%) e o encargo com o Programa Metadona, incluído na rubrica Encargos com Aquisição de Bens e Serviços, ronda o montante de 612.300€ (4%).

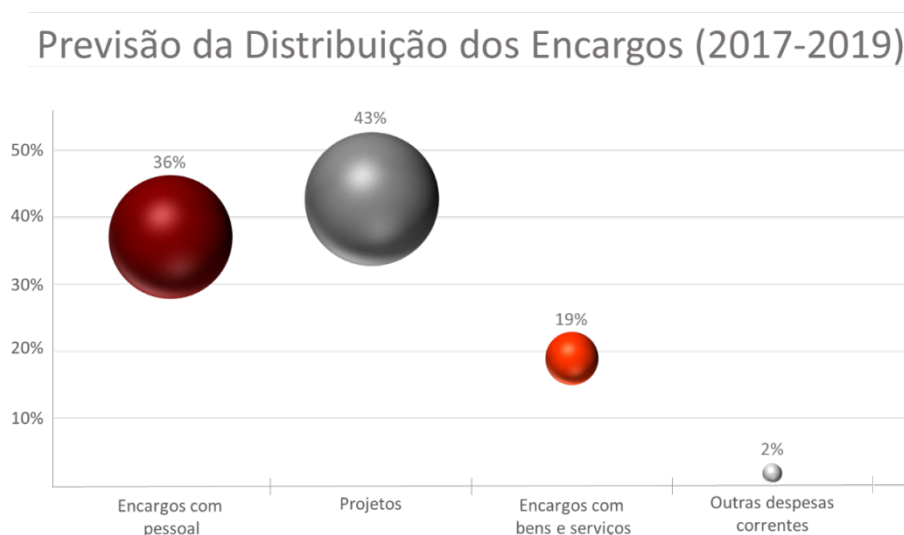


Gráfico 4 - Previsão da execução por grandes rubricas no ciclo estratégico 2017-2019

11. SIGLAS E ABREVIATURAS

A	Assessorias
AA	Apoio Administrativo
ACSS, I.P.	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AFP	Associação de Farmácias de Portugal
ALICE-RAP	Addictions and Lifestyles in Contemporary Europe: Reframing Addictions Project
ANF	Associação Nacional de Farmácias
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
AO	Atividade Orçamentada
AP	Administração Pública
ARS, I.P.	Administração(ões) Regional(ais) de Saúde, I.P.
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
AUDIT	Alcohol Use Disorders Identification Test
CAD	Comportamentos Aditivos e Dependências
CCPFC	Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua
CDT	Comissão(ões) para a Dissuasão da Toxicodependência
CE	Comissão Europeia
CNAF	Confederação Nacional das Associações de Família
CND	Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPJR	Comissão Nacional de Proteção de Jovens em Risco
COPOLAD	Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra a Droga
CPLP	Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
DDN	Dia da Defesa Nacional
DEI	Divisão de Estatística e Investigação
DGAEP	Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAI	Direcção-Geral de Administração Interna
DGE	Direcção-Geral da Educação
DGO	Direcção-Geral do Orçamento
DGPJ	Direcção-Geral da Política de Justiça
DGR	Divisão de Gestão de Recursos
DGRSP	Direcção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direcção-Geral da Saúde
DIC	Divisão de Informação e Comunicação
DIT	Divisão de Intervenção Terapêutica
DMI	Direção de Serviços de Monitorização e Informação
DPI	Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção
DPIC	Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária
DRI	Divisão de Relações Internacionais
ECATD-CAD	Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências
ELDD	European Legal Database on Drugs
EM	Estados Membros
EMCAD	Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão
EMPECO	Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional
EMSI	Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação
ERANID	European Research Area Network on Illicit Drugs
ESPAD	European School Survey Project on Alcohol and other Drugs
FESAT	Fundação Europeia dos Serviços telefónicos na área da Droga (European Foundation of Drug Helplines)
FNAS	Fórum Nacional Álcool e Saúde
GHD	Grupo Horizontal Drogas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GP	Grupo Pompidou

I.P.	Instituto Público
IDPC	International Drug Policy Consortium
IDT,IP	Instituto da Droga e da Toxicodependência
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
INME	Inquérito Nacional em Meio Escolar
INML, IP	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
INPG	Inquérito Nacional à População Geral
INS	Inquérito Nacional de Saúde
INSA	Instituto Nacional de Saúde, Dr. Ricardo Jorge
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público
ISS	Instituto da Segurança Social
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
Med-NET	Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa
OE	Objetivo Estratégico
OE	Orçamento de Estado
OEDT	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OF	Ordem dos Farmacêuticos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OOp	Objetivo(s) Operacional(ais)
OP	Objetivo Operacional
OPJ	Observatório Permanente da Juventude
OPS	Organização Pan Americana da Saúde / OMS
PA	Plano de Ação
PAC	Plano Anual de Compras
PAC	Plano Anual de Compras
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAPCDNT	Plano de Ação para a Prevenção e Controlo das Doenças Não Transmissíveis
PARCAD	Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016
PE	Plano Estratégico
PEST	Political, Economical, Social and Technological
PJ	Polícia Judiciária
PLA	Problemas Ligados ao Álcool
PLV	Prevalência ao Longo da Vida
PNCDDT	Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências
PNRCAD	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências
PORI	Plano Operacional de Respostas Integradas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RARHA	Reducing Alcohol Related Harm
REITOX	European Information Network on Drugs and Drug Addiction
RH	Recursos Humanos
RRMD	Redução de Riscos e Minimização de Danos
SG	Secretaria-Geral
SH	Stakeholders
SI	Sistemas de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIGP	Sistema de Informação e Gestão Processual
SIM	Sistema de Informação Multidisciplinar
SIMBA	Sistema de Informação Multidisciplinar Business Analytics
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOGS	South Oaks Gambling Screen
SPA	Substâncias Psicoativas

SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SPP	Sociedade Portuguesa de Pediatria
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UMP	União das Misericórdias Portuguesas
UNGASS	Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas
UNL	Universidade Nova de Lisboa
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UO	Unidade Orgânica
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

